

ARNALDO LUIS TAVARES FERREIRA

**ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA POBREZA:
ANGOLA X MOÇAMBIQUE**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, do setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^o: Cássio Frederico Camargo Rolim.
Departamento de Economia, UFPR.

**CURITIBA
NOVEMBRO 2006**

TERMO DE APROVAÇÃO

ARNALDO LUIS TAVARES FERREIRA

ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA POBREZA: ANGOLA X MOÇAMBIQUE


Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Cássio Frederico Camargo Rolim
Departamento de Economia, UFPR

Examinadores:



Prof. Armando Vaz Sampaio
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Maurício Aguiar Serra
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 29 de Novembro de 2006

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida, minha mãe (Luisa de Oliveira) minhas irmãs (Fina, Lina, Magui, Nela, Tânia e Tunicha) e à minha namorada Débora, porque sem elas esse trabalho não se concretizaria.

AGRADECIMENTOS

Por este meio, venho agradecer primeiramente a deus por me ter dado saúde e força para chegar até onde cheguei.

Um agradecimento a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a elaboração desse projeto, o qual me possibilitou alcançar as minhas metas pessoais e profissionais.

Um agradecimento especial ao meu orientador professor Cássio Frederico Camargo Rolim, pela intensa dedicação, paciência e incentivo que me deu no decorrer da elaboração do trabalho. Agradeço-lhe também pelo fornecimento do material bibliográfico que me foi muito útil na elaboração do trabalho e pelo conhecimento que me passou ao longo do trabalho já que é um especialista em assuntos africanos. Muito obrigado professor Cássio.

Aos professores Maurício Serra e Armando Sampaio, por terem aceitado participar da banca examinadora.

Aos meus pais Fernando Tavares Ferreira (em memória) e Fuisa de Oliveira, por todo amor que me deram e também por terem depositado confiança em mim e terem acreditado na minha formação.

A minha mãe que mesmo sozinha cuidou e educou sete filhos exercendo também a função de pai, que apesar de distante me acompanhou em todos os meus passos, se sou o que sou é graças a você MÃE, me orgulho em ser teu filho, te amo muito.

A minha irmã Cidalina Tavares Ferreira, por vários motivos, por ser para mim uma grande conselheira, uma irmã, amiga, e também por acreditar e participar do meu sonho (graduação), pela força, energia e assistência técnica que me proporcionou ao longo do curso, mesmo em momentos que pareceram ser difíceis na minha vida como estudante e foram ultrapassados, vencemos mais uma irmã te amo demais.

Aos meus irmãos Manuel, Fernanda, Delfina, Cidalina, Margarida, Nela, Tânia, e Tunicha.

A minha namorada Débora dos Santos Rocha, pelo o amor e todo carinho

dado ao longo desses três anos que estamos juntos, por ter cedido seu computador para digitação desse trabalho, e também por ter me ajudado na digitação do mesmo. amor eu te amo muito e você sabe o quanto. Agradeço também ao Srº Joselito e a Dona Maria, Pais da minha namorada, ao Glauber e a Geliane, irmão e cunhada da Débora, e nossa sobrinha Nathany.

Aos meus familiares, tia pequenina (titi), tio Arnaldo, tio Toni, tio Nato, tio Eduardo, ao meu cunhado Toní, aos meus sobrinhos (fofa, luck, Eliane e cizinha), tia Celeste, aos primos, Dinho, Valter, Marla.

A comunidade dos estudantes africanos no Brasil, especialmente em Curitiba.

Aos meus amigos angolanos e brasileiros, Rui Nelson, Rui Jorge, Gede, Hélio, Manucho, Tchesco, Rui Buriti, Germana, Fernando, Natalie, Carol, srº Ademir, dona Nice, Vitor, Leandro, um agradecimento especial a Ana Augusta e todos que eu esqueci um muito obrigado.

Aos meus colegas Brasileiros que foram bastante atenciosos comigo ao longo do curso em especial, Marcelo Borges, Leonardo, Carolina (carol), Rodrigo Brasil, Rodrigo Cunha, Rodrigo Melo, Ronald, e Clodoaldo.

Aos funcionários e professores da UFPR que direta ou indiretamente participaram para a minha formação.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	viii
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
1 INTRODUÇÃO	1
2 HISTÓRICO DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE	3
2.1 HISTÓRICO DE ANGOLA.....	3
2.1.1 A Chegada dos Portugueses.....	4
2.1.2 Colonização: Período de 1900-1960	5
2.1.3 Luta Contra O Colonialismo: 1961-1974.....	6
2.1.4 Independência e Guerra Civil.....	8
2.1.5 Acordos De Paz.....	9
2.2 HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE.....	11
2.2.1 A Chegada Dos Portugueses e Colonização.....	12
2.2.2 A Luta pela Independência.....	13
2.2.3 A Guerra Civil.....	15
2.2.4 Acordos De Paz.....	15
3 REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1 POBREZA: Definições, Instrumentos e Medições.....	17
3.2 ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA POBREZA.....	20
3.2.1 Iniciativa HIPC (Países Pobres Fortemente Endividados).....	21
3.2.1.1 Participação do FMI E do BANCO MUNDIAL na Iniciativa HIPC.....	22
3.2.2 Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza (PRSP).....	24
4 PRSP: (ANGOLA X MOÇAMBIQUE)	29
4.1 POBREZA EM ANGOLA.....	29
4.1.1 Causas da Pobreza em Angola.....	31
4.2 PLANO ANGOLANO – Estratégia de Combate à Pobreza – FCP.....	32
4.2.1 Reinserção Social.....	33

4.2.2 Segurança e Proteção Civil.....	34
4.2.3 Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural.....	34
4.2.4 HIV/SIDA.....	35
4.2.5 Educação.....	35
4.2.6 Saúde.....	36
4.2.7 Desenvolvimento das Infra-estruturas Básicas.....	36
4.2.8 Emprego e Formação Profissional.....	37
4.2.9 Governação.....	38
4.2.10 Gestão Macro Económica.....	38
4.2.11 Intervenientes da ECP.....	39
4.2.12 Objetivos Específicos da ECP.....	40
4.3 POBREZA EM MOÇAMBIQUE.....	41
4.3.1 Determinantes da Pobreza em Moçambique.....	42
4.4 PLANO MOÇAMBICANO: PARPA 2001-2005.....	42
4.4.1 Educação.....	44
4.4.2 Saúde.....	44
4.4.3 Agricultura e Desenvolvimento Rural.....	45
4.4.4 Infra-estrutura Básica.....	45
4.4.5 Boa Governação.....	46
4.4.6 Gestão Macro Económica.....	46
5 COMPARAÇÃO ENTRE OS PLANOS.....	48
6 CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS.....	58

LISTA DE SIGLAS

ADI	Agência de Desenvolvimento Internacional
DFID	Department For International Development (Departamento Internacional para o Desenvolvimento da Grã Bretanha)
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza
ESAF	(Enhanced Structural Adjustment Facility/ Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural)
EUA	Estados Unidos de América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
HIPC	Heavy Indebted Poor Countries. (iniciativa dos Países Pobres Muito ou Fortemente Endividados)
HIV/SIDA	Vírus de Imunodeficiência Humana/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IAF	Inquérito aos Agregados Familiares
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDR	Inquérito dos Agregados Familiares sobre Despesas E Receita
IPH	Índice de Pobreza Humana
MANU	Mozambique African National Union (União Nacional Africana de Moçambique)
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
ONU	Organizações das Nações Unidas
ONUMOZ	Organizações das Nações Unidas em Moçambique
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRGF	(Poverty Reduction and Growth Facility/ Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento)

PRSP	Poverty Reduction Strategy Paper (Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza)
RENAMO	RESistência NAcional MOçambicana
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI	União Nacional Africana para Moçambique Independente
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
USD	Unite State dólar

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – LISTA DOS PAÍSES QUE SE QUALIFICARAM PARA RECEBER O AUXÍLIO DA INICIATIVA DE HIPC (JULHO 2006).....	24
QUADRO 2 - DOCUMENTOS EXIGIDOS PELO BANCO MUNDIAL E PEFO FMI.....	28

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. MAPA DE ANGOLA E SUA LOCALIZAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO.....	3
FIGURA 2 – MAPA DE MOÇAMBIQUE E LOCALIZAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO.....	12
FIGURA 3 - ILUSTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE UMA ERP NO NÍVEL DO PAÍS.....	27

RESUMO

Após a independência, Angola e Moçambique enfrentaram guerras civis entre grupos que participaram na luta contra o colonialismo português, essas guerras acabaram gerando gravíssimos problemas, principalmente sociais levando os dois países a enfrentar até hoje elevados índices de pobreza. Com isso os dois governos traçaram planos estratégicos para combater a pobreza em seus respectivos países. Logo o presente trabalho tem como objectivo comparar as estratégias elaboradas pelos governos de Angola e de Moçambique, para reduzir a pobreza em seus respectivos países, baseando-se no modelo dos documentos estratégicos de redução da pobreza (PRSP) elaborado pelo Banco Mundial e o FMI, e também a participação na iniciativa HIPC, do qual apenas Moçambique faz parte. Através dos estudos feitos constatou-se que os planos, tanto a ECP quanto o PARPA apresentam algumas semelhanças e também algumas diferenças, mais ainda assim concluímos que o PARPA de Moçambique, é o que mais seguiu o modelo do PRSP, devido ao seu maior detalhamento.

Palavras-chave: pobreza: redução da pobreza: prsp: hipc: Angola e Moçambique.

ABSTRACT

After independence, Angola and Mozambique had faced civil wars between groups that had participated in the fight against the Portuguese exploration. These wars had finished generating most serious problems, mainly social taking the two countries to face today until high indices of poverty. With this the two governments had traced strategy plans to fight the poverty in its respective countries. Soon the present work has as objective to compare the strategies elaborated for the governments of Angola and Mozambique, to reduce the poverty in its respective countries, being based on the model of strategy documents of reduction of poverty (PRSP) elaborated by the World Bank and the FMI, and also the participation in initiative HIPC, of which only Mozambique is part. Through the done studies one evidenced that the plans, as much the ECP how much the PARPA presents some similarities and also some differences, more still thus we conclude that the PARPA of Mozambique, is what more it followed the model of the PRSP, which had to its bigger detailing.

Word-key: poverty; poverty reduction; prsp; hpc; Angola and Mozambique.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um problema antigo na história da humanidade, a novidade é a sua redução que recentemente mais propriamente nos meados da década de 90, surgiu como uma das metas do milênio para os programas das Nações Unidas, nos programas governamentais, do Banco Mundial e também do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A pobreza apresenta múltiplas dimensões, ou seja, é um fenômeno multifacetado podendo se modificar de acordo com as condições da economia de qualquer sociedade e também dos momentos históricos em que as mesmas sociedades passam, ela também apresenta causas variadas.

Para combater a pobreza o Banco Mundial junto com o FMI criaram dois mecanismos: o primeiro é a iniciativa dos países pobres altamente endividados ou HIPC (Highly Indebted Poor Countries) e tem como objetivo principal a redução total ou parcial da dívida dos países pobres que não têm condições de sustentar e pagar suas dívidas, o segundo mecanismo é o PRSP (Poverty Reduction Strategy Paper) que quer dizer Planos Estratégicos de Redução da Pobreza, que é uma obrigatoriedade que deve ser seguida pelos países pobres para poder participar da iniciativa HIPC, e poderem obter empréstimos em condições favorecidas junto aos organismos ou instituições multilaterais.

Para se desenvolver ou elaborar uma estratégia de redução de pobreza devem ser seguidos alguns processos como, por exemplo, entender a natureza da pobreza, saber quem são os pobres e o que os impede de sair dela; elaborar políticas para reduzir a pobreza dos grupos alvos; escolha dos objetivos e das metas de redução da pobreza; transparência e outros que serão analisados com mais detalhes ao longo desse trabalho, desse jeito os governos de Angola e de Moçambique elaboraram suas estratégias de redução da pobreza.

Neste trabalho objetiva-se a apresentação e a comparação dos planos elaborados pelos governos de Angola e de Moçambique, mostrando aqueles que são os pontos mais importantes dessa comparação.

O plano angolano é conhecido como “ECP – Estratégia de Redução da Pobreza”, foi elaborado e aprovado em Setembro de 2001 tendo como meta a redução da pobreza pela metade isto é dos atuais 68% para pelo menos 34,5% até o ano de 2015. O plano moçambicano é conhecido como “PARPA – Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta”, foi elaborado em 2001 e tem como meta a redução da pobreza para pelo menos 60% até 2005 e menos de 50% até finais da primeira década de 2000, dos atuais 70%.

Assim a monografia está dividida em cinco capítulos além da introdução. O segundo apresenta a geografia e história dos dois países (Angola e Moçambique): o terceiro tem como título referencial teórico e descreverá os conceitos de pobreza, divisão e limitações essa parte do trabalho detalhará ainda as estratégias criadas pelo Banco Mundial em conjunto com o FMI para combater a pobreza que são o PRSP e a iniciativa HIPC; o quarto e quinto capítulo que são o objeto de estudo desse trabalho, resumirão os planos elaborados pelos dois países para reduzir a pobreza no quarto, e posteriormente no quinto capítulo será feita uma comparação entre os dois planos apontando pontos comuns e pontos diferentes: por último será apresentada a conclusão.

2 HISTÓRICO DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE

2.1 HISTÓRIA DE ANGOLA

Angola é um país com uma área de 1.246.700 km², com uma população estimada em 2004 em cerca de 16.5 milhões de habitantes, tem como capital Luanda que é uma aglomeração urbana com 3.2 milhões de habitantes (PNUD, 2005).

FIGURA 1. MAPA DE ANGOLA E SUA LOCALIZAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO



FONTE: Enciclopédia Britânica. Disponível em: www.spanport.ucsb.edu/faculty/mcgovern/Countries/Angola/angola.html

Angola situa-se na costa do Atlântico Sul da África Ocidental, entre a Namíbia e o Congo. Também faz fronteira com a República Democrática do Congo e a Zâmbia, a oriente, como pode ser visto na Figura 1 acima.

O país é dividido por 18 províncias. Ex-colônia portuguesa, Angola viveu em guerra por 40 anos contando com a luta de libertação, que deixaram mais de um

milhão de mortos. Primeiro foi a luta pela independência, desde 1961, e depois em 1975 começa a guerra civil, cujo fim só ocorre em 2002. A economia é baseada na exportação de petróleo que, representa mais de 50% do Produto Interno Bruto (PIB), e de diamantes.

2.1.1 A chegada dos Portugueses

Os portugueses chegaram pela primeira vez perto do território angolano em 1482 sob o comando do navegador Diogo Cão, entrando pelo reino do Congo que ia desde o rio Ogué (atual Gabão) ao norte, até o rio Cuanza ao sul metade do litoral angolano (Menezes, 2000).

A primeira medida tomada pelos portugueses foi estabelecer acordos com o mani (rei) do Congo, já que ele dominava esta região do continente. Próximo do reino do Congo existia dois outros reinos, o reino Ndongo e o reino da Matamba, que com a chegada do domínio português fundiram-se para formar o reino Ngola, assim a região que hoje é conhecida como Angola, mas antes disso os portugueses tinham sido expulsos do reino do Congo devido às intrigas causadas por eles entre os três reinos (Congo, Ndongo e Matamba) e nesse momento os portugueses passaram a se dedicar então pela conquista do reino do Ndongo liderado pelo rei Ngola.

Os portugueses só conseguiram dominar parte do território angolano em 1671 devido a fortes resistências encontradas por partes dos nativos, principalmente pelo reino do Ndongo, em 1902 tiveram êxitos na conquistas de todo o território angolano depois de guerras travadas com os bailundos (povos angolanos existentes até hoje).

Após a conquista de Angola, o primeiro governador português no país, Paulo Dias de Novais, define as atuais fronteiras de Angola, que nessa altura passou a ser a maior fonte de escravos que iam principalmente às plantações de cana de açúcar e na exploração de minas de muitos países da América, principalmente para o Brasil que havia se tornado independente politicamente em 1822 (MENEZES, 2000).

Ainda segundo MENEZES (2000), o controle total do território angolano só foi alcançado nos finais dos anos 1820, sobre tudo pelo uso da força militar e pela criação da compulsória de vilas e cidades que serviam para marcar a presença do colonizador no interior do território.

2.1.2 Colonização: período de 1900-1960

A colonização das colônias portuguesas em África, incluindo Angola pode ser descrita em quatro fases segundo Menezes 2000:

-A primeira fase. Hegemonia Ibérica que vai do tratado de Tordesilhas (partilha do novo mundo entre Portugal e Espanha em 1598) até o final do século XVI:

-A segunda fase. Acirramento da concorrência comercial entre as metrópoles Europeias:

-Terceira fase. Colonização de dependência ocorria do século XIX quando se define a configuração atual dos mundos desenvolvido e subdesenvolvido e se deu a partilha final do mundo colonial; e

-Quarta fase. Colonialismo tardio (final de século XIX) em que Portugal passou a explorar mais intensamente suas colônias.

Após a implantação do regime Republicano em Portugal 1910 a colonização de Angola conhece uma nova fase, devido a críticas feitas aos monárquicos pelos republicanos em relação ao abandono das colônias por partes dos primeiros.

Com a nomeação de Salazar em 1932 pelo regime militar para o cargo de presidente de conselho de ministros com poderes ditatoriais o mesmo passou a controlar pessoalmente toda política colonial portuguesa. Com a crise econômica dos anos 30, a situação de Portugal não era muito agradável e a única saída seria elaborar um sistema de desenvolvimento econômico nas colônias, desse jeito se inicia o desenvolvimento pela primeira vez em Angola (MENEZES, 2000).

Nessa época os principais produtos de exportação que mais interessavam os portugueses eram: diamantes, ferro, manganês, cobre, petróleo e outros produtos

principalmente agrícolas como café, sisal, cana de açúcar e milho (BOAVIDA, 1967).

Os diamantes eram explorados desde 1912 pela Diamang que foi criada em 1917. Segundo MENEZES 2000 a região que mais se explora até hoje é a região das Lundas (norte e sul), que na época atingia valores de quinze milhões de dólares anualmente e era a maior fonte de divisa da administração colonial situando o país como terceiro maior produtor de diamantes de África.

O petróleo era explorado na região do litoral de Luanda e mais tarde perto do cabo Ledo, na Quissama província do em 1974 o país chegou a produzir 800 mil litros de petróleo e a produção estava avaliada em 1,2 milhões de litros por ano (BOAVIDA, 1967).

O ferro era explorado nas províncias de Luanda e Malanje, e chegou a atingir 1 milhão de toneladas por ano, já o cobre era explorado na província do uíge e eram produzidas anualmente 10 mil toneladas nessa província contra 450 mil toneladas produzidas no país inteiro. Outro produto era o manganês que era explorado na província de malanje e atingia anualmente 45 mil toneladas.

Quanto aos produtos agrícolas os que mais se destacavam eram: o café que atingiu 150 mil toneladas anuais, o sisal com 60 mil toneladas, o milho que era produzido principalmente nas províncias de Luanda, Malanje, Benguela, Cuando-Cubango e Bié, atingindo 13 mil toneladas anuais. Existiam ainda outros produtos como, por exemplo, o estanho, fosfato, algodão, óleo de palma, feijão, arroz, madeira, cerveja com produção em Luanda, cimento, cerâmica, têxteis e o papel, produtos esses que também despertavam bastante interesse por parte dos portugueses (BOAVIDA, 1967).

2.1.3 Luta contra o colonialismo: 1961- 1974

No começo dos anos 50, tinha-se a idéia de que a única saída para se conquistar a independência era a agitação política nas colônias, e dessa maneira foi criado o “clube dos marítimos africanos” em 1952, foi o primeiro passo no sentido de se libertar do colonialismo português (MENEZES, 2000).

Em 1954 no norte do país forma-se um grupo intitulado de UPNA (União das Populações do Norte de Angola), que mais tarde se transformaria em UPA (União dos Povos de Angola), e que por fim em 1962 muda para FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

Com a formação da UPNA surgiram outros movimentos, que tiveram grande influência na libertação do país, o primeiro desses movimentos foi liderado pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) que foi fundado em 1956 em Luanda, outro movimento que surgiu apenas dez anos mais tarde foi a fundação da UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola) que surgiu em 1966, e que mais tarde iria participar também da guerra civil como força de oposição ao regime político e militar do MPLA.

Em 11 e 15 de janeiro de 1975, foram debatidos e assinados os “acordos de Alvor” em Portugal, estabelecendo um período de transição que iria de janeiro a novembro, pelo qual o governo seria exercido por representantes dos quatro lados envolvidos, assim a FNLA seria representada por seu líder Fildem Roberto, a UNITA seria representada pelo seu líder e fundador Jonas Savimbi, o MPLA foi representado por Antonio Agostinho Neto e por último um representante do governo português.

Esse acordo teve alguns pontos que deveriam ser respeitados por todas as partes que estavam envolvidas, pontos esses que para MENEZES (2000), foram:

- A independência de Angola;
- Unidade geográfica e política do país, incluindo a província de Cabinda (maior produtor de petróleo do país);
- A escolha da data da independência como sendo 11 de novembro de 1975;
- Criação de um alto comissariado e do governo de transição (representado pelas quatro forças envolvidas);
- Estabelecimento de um cessar fogo; e
- Uma anistia geral para os nacionalistas.

Muito antes do acordo de Alvor, os três grupos (MPLA, UNITA e FNLA) já haviam entrado em conflitos armados, pelo controle do país e em particular a capital Luanda, sendo que cada grupo já controlava uma região do território. o MPLA controlava a região central um pouco mais ao norte e também tinha o controle da capital, a FNLA controlava mais a região do norte do país área onde foi fundada, e a UNITA controlava o sul e mais tarde teve também o controle das regiões centrais e do leste do país.

Os conflitos internos que levaram o país a alcançar a independência, começaram em 1961 que de um lado tinham os três movimentos lutando pela libertação do regime colonial e do outro o governo português. Finalmente em 11 de novembro de 1975, Angola foi declarada como uma nação independente e passou a ser conhecida como República Popular de Angola na voz de Antonio Agostinho Neto, que era o líder do MPLA, que veio logo em seguida a se tornar o primeiro presidente do país (MENEZES, 2000).

2.1.4 Independência e Guerra Civil

Em maio de 1975, antes da independência os governantes do MPLA, com a força das armas expulsaram os membros da UNITA e da FNLA, do governo de transição e de Luanda, e prendendo alguns desses membros na capital do país, logo em seguida começaram uma ofensiva contra as bases militares que eram controladas pela UNITA e também das áreas controladas pela FNLA, que veio a resultar no controle por parte do MPLA de 12 das 18 províncias do país (MENEZES, 2000).

A causa da guerra em Angola não teve como único motivo a expulsão dos membros dos outros movimentos da capital, por parte do MPLA, mas também devido a diferenças tribais e regionais que esses três grupos apresentam, e ainda nas implicações internacionais decorrentes da opção pelo socialismo por parte do novo governo.

É importante dizer que, a FNLA teve suas forças enfraquecidas que diminuíram sua participação na guerra de Angola, esse enfraquecimento se deve segundo MENEZES (2000), ao fato da FNLA ser um grupo composto por militares

pouco preparados e numericamente inferiores aos da UNITA e do MPLA, e assim seu representante, Holden Roberto se exilou no exterior, e só regressou em 1992, concorrendo ao cargo de presidente da república na única eleição que ocorreu no país.

A UNITA sob o comando de Jonas Savimbi recebia apoio direto dos EUA, mas antes já havia se aliado à África do Sul, que teve bastante influência na guerra de Angola. Com o apoio militar e financeiro da África do Sul e dos EUA, a UNITA passou a atacar bases do MPLA e também populações civis chegando a controlar grande parte do território nacional, mantendo seu QG (quartel general) no sul do país.

O apoio norte americano as forças da UNITA se deu devido a preferência pelo socialismo por parte do governo do MPLA, e também porque o mesmo recebia apoio militar do governo de Cuba cedido pelo presidente Fidel Castro, e também devido ao apoio por parte do governo da ex-União Soviética que eram inimigos mortais dos EUA.

Em 10 de setembro de 1979, Antonio Agostinho Neto morre doente na União Soviética, e para seu cargo foi indicado por parte dos dirigentes do MPLA, o então ministro da planificação (planejamento), o engenheiro José Eduardo dos Santos, que permanece no cargo até hoje.

Os conflitos continuaram, aumentando o número de vítimas e também a destruição da infra-estrutura, mas em dezembro de 1988, esses conflitos tiveram uma trégua devido a um acordo assinado em Nova Iorque, entre Angola, África do Sul e os EUA, onde ficou estabelecido o seguinte: a independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas do território angolano.

2.1.5 Acordos de Paz

Com o acordo tri partidário assinado em 1988, entre os governos de Angola, África do Sul e dos EUA, os dois países se comprometeram a acabar com o financiamento militar a UNITA devido a queda do bloco da ex-União Soviética, que ocasionou posteriormente na mudança do socialismo para o capitalismo, por parte

do governo angolano, e assim um ano depois foi assinado um acordo em Gbadolite (Congo Democrático), entre a UNITA e o governo de Angola que fizeram um cessar fogo que durou apenas dois meses.

Em abril de 1990, o presidente da República, José Eduardo dos Santos, anuncia a volta das negociações com o líder da UNITA, por um cessar fogo, e logo em seguida, Jonas Savimbi reconhece José Eduardo dos Santos como presidente de Angola.

Em 22 de maio de 1991 os cubanos se retiram de Angola e o governo angolano anuncia, publicando uma lei que autorizava a fundação de novos partidos e também de reformas democráticas no país.

Em 31 de maio de 1991 são assinados os acordos de Bicesse (Estoril), que contou com a mediação de Portugal, da ex-União Soviética, EUA e da ONU, em que ficava marcada a data das primeiras eleições livres e justas da história do país. Em Bicesse o acordo de paz previa o seguinte segundo MENEZES (2000):

1. O reconhecimento por parte da UNITA, do estado angolano, do presidente José Eduardo dos Santos até as eleições;
2. Com o cessar fogo a UNITA teria direito a participar livremente de atividades políticas, de acordo com a constituição;
3. A condução, pelo governo angolano de discussões com todas as forças políticas e a participação de todos os partidos políticos na definição das leis eleitorais;
4. A realização de eleições para um novo governo, sob a fiscalização de observadores internacionais;
5. Respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluindo o direito de livre associação;
6. A criação de um exército nacional, composto por forças do governo e da UNITA, a ser formado até a data das eleições; e
7. A instauração do cessar fogo em todo território nacional.

As eleições de setembro de 1992 consagram como vitorioso, o representante do MPLA, José Eduardo dos Santos com cerca 50% dos votos, com

isso o candidato da UNITA que ficou com 40% dos votos não reconheceu a derrota e rapidamente retornou a guerra.

Dois anos depois em novembro de 1994, desta vez em Lusaka (Zâmbia) foi assinado um acordo que ficou conhecido como “acordo de Lusaka”, que foi usado pelo líder da UNITA para ganhar tempo e fortalecer seu exército que havia se enfraquecido com a formação do exército único que era previsto no acordo de Bicesse.

Com seu exército restabelecido o líder da UNITA retorna a guerra em 1998, guerra que só teve fim com sua morte em 22 de fevereiro de 2002 em confronto com as tropas do governo quando ele tentava sair do país. logo depois a UNITA elege seu novo representante Isaias Samakuva, que em 4 de abril do mesmo ano (2002), voltou as negociações com o governo e foi declarada por fim a paz em Angola.

2.2 HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

Moçambique é também ex-colônia portuguesa situa-se no sudeste da África, limitado a norte pela Tanzânia e ao oeste pela Zâmbia, Malawi e Zimbabwe, a leste pelo Oceano Índico, a sul e oeste pela África do Sul e ao sul pela Suazilândia, como ilustra a Figura 2 na página seguinte.

Moçambique é um país situado no continente africano, com uma área geográfica de 799.380 km², com 11 províncias a sua capital é Maputo que contava com uma população, em 2003, de cerca de 1.220.632 habitantes e sua população total é estimada em 20 milhões de habitantes aproximadamente.

Bem em frente de Moçambique no oceano Índico, o país tem vários vizinhos, nomeadamente as Comores, Madagáscar, a possessão francesa de Mayotte e as dependências de Reunião, Juan de Nova, Bassas da Índia e Ilha Europa.

FIGURA 2 – MAPA DE MOÇAMBIQUE E LOCALIZAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO



FONTE: Enciclopédia Britânica. Disponível em: <http://www.spanport.ucsb.edu/faculty/mcgovern/Countries/Mozambique/mozambique.html>

2.2.1 A Chegada dos Portugueses e Colonização

Com intenção de atingir as terras da Índia, Vasco da Gama chega pela primeira vez a Moçambique em 1498, encontrando a presença de outras civilizações, comerciantes árabes que já habitavam a região desde o século XI da era cristã.

O império português passa a controlar a região de Moçambique no século XVI, ocupação essa que teve como foco a extração de ouro, comércio do Marfim e comércio de escravos. A exploração do ouro foi concedida pelo rei local em 1607, que autorizou a exploração do ouro em todas as minas do território Moçambicano. Outros produtos que interessavam aos portugueses eram o algodão e a cana de açúcar produtos que em 1647 foram explorados por companhias estrangeiras principalmente alemãs e inglesas (NEWITT, 1995).

Com a proibição do comércio de escravos 1842 o governo de Portugal concedeu poderes às companhias estrangeiras para elas cobrarem impostos, devido a falta de condições por parte de Portugal em administrar todo território, e também do controle do tráfico clandestino de escravos, que eram levados para as plantações de cana de açúcar, cultivo de algodão em outras regiões como as ilhas francesas no oceano Índico.

Nessa altura em (1842) foi criado o imposto de palhota, ou seja, as famílias teriam que pagar em dinheiro este imposto, ao regime colonialista, como nessa época os nativos não conheciam a prática da troca em dinheiro, os dirigentes das companhias os obrigavam a trabalhar sobre prisão, ou seja, trabalho obrigatório que em Moçambique é conhecido como Chibalo.

Sob o comando de Salazar (primeiro ministro português), Portugal acabou com os contratos das companhias estrangeiras em todas suas colônias incluindo Moçambique, para programar o plano de industrialização em Portugal, mais ainda assim foram mantidos os regimes de trabalho obrigatório.

Em 1987 começa-se a tentativa de se obter um crescimento econômico em Moçambique, que segundo NEWITT, (1995), foram criadas estratégias com intenção de desenvolvimento nos setores de infra-estrutura de energia, construção de estradas de ferrovias, indústrias têxteis e de cimento, e também foram descobertas minas de carvão, petróleo e novas minas de ouro.

2.2.2 Luta pela Independência

As primeiras formas de resistência ao regime português em Moçambique foram lideradas por Ngungunhane, comandante do exército de guerrilheiros Moçambicanos, que foi capturado pelos portugueses e levado para os Açores em Portugal onde acabou por morrer em 1895, enfraquecendo as bases de resistência ao regime colonial da época.

Com a independência das colônias francesas, inglesas e portuguesas em África, foram formados três movimentos de resistência à dominação portuguesa em Moçambique, a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique): a

MANU (Mozambique African National Union, ou do português União Nacional Africana de Moçambique) e a UNAMI (união Nacional Africana para Moçambique independente).

Em 1962 na Tanzânia esses três movimentos se uniram e formaram a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) que era, liderada por Eduardo Chivambo Mondlane, que veio falecer em 1969, e nesse momento é nomeada para substituí-lo Samora Moises Machel que comandou a FRELIMO até a independência de Moçambique.

Em 25 de setembro de 1964, inicia-se a luta de libertação colonial que teve seu ponto de partida no posto administrativo de Chai que hoje é a província de Cabo Delgado. Essa guerra durou cerca de dez anos e se expandiu por quase todo território moçambicano principalmente onde havia bases da administração colonial.

A luta de libertação termina em 07 de setembro de 1974 com o acordo assinado entre a FRELIMO e o governo português, em Lusaka que por um lado era representado por Samora Machel (FRELIMO) e do outro lado Victor Crespo representante da soberania portuguesa que iriam formar o governo de transição.

A independência de Moçambique, sobre Portugal é declarada em 25 de junho de 1975 que teve como primeiro presidente Samora Machel o líder da FRELIMO.

Logo após a independência o novo governo declarou a nacionalização dos setores da saúde, educação e da justiça, isso em 25 de junho de 1975, e em 1976 é declarado também que qualquer moçambicano ou estrangeiro residente em Moçambique, teria o direito de ter uma casa para morar e outra para férias, mais perderia o direito de alugar os imóveis a outras pessoas.

Com as nacionalizações grande parte dos proprietários de lojas, de fabricas e proprietários de barcos de pesca abandonaram o país, e esses bens passaram a ser administrados pelo novo governo (FRELIMO). Com essas fugas de ex-colonos que eram a força de recursos humanos do país causou um prejuízo ao desenvolvimento da nação por falta de capital humano capacitado para o desempenho de muitas funções.

2.2.3 A guerra Civil

Logo após a independência um novo grupo se forma denominado por RENAMO (REsistência NAcional MOçambicana) que é formado por alguns militares ou ex militares portugueses e alguns membros da FRELIME que se instalaram próximo a Moçambique (no Zimbábwe) que ainda não era conhecida como nação independente pela maior parte dos países do mundo.

A estratégia da RENAMO era atacar aldeias e infra-estruturas sociais em Moçambique, plantando minas terrestres em estradas e beira de rios. Esses ataques acabaram por desestabilizar a economia que obrigavam o governo a destinar seus recursos em armamentos para garantir a segurança pública e também porque levaram a migração de pessoas do campo para as cidades e para outros países vizinhos prejudicando o desenvolvimento da agricultura.

Como a RENAMO mantinha sua base central no Zimbábwe, com a independência desse país ela foi obrigada a deixar este território indo se instalar no território sul africano, que passou a apoiar a RENAMO militar e financeiramente na guerra pelo controle de Moçambique, com essa união a RENAMO passou também a apoiar o governo sul africano nos ataques contra bases do ANC (Grupo de oposição ao governo da África do sul, hoje partido político) que se encontravam em Moçambique.

Em 1983 os governos de Moçambique e da África do Sul assinam um acordo que ficou conhecido como acordo de Nkomati, que previa o abandono militar à RENAMO por parte do governo sul africano, e por outro lado o governo moçambicano, que apoiava os militantes do ANC que se encontravam em Moçambique, deixaria de apoiá-los.

2.2.4 Acordo de Paz

Com a morte de Samora Machel em 1986, a República de Moçambique passou a ser liderada por Joaquim Alberto Chissano, que em 1990 abandona o regime socialista, e institui a economia de mercado, legaliza os partidos políticos e

abre negociações com a RENAMO. Antes disso em 1987, devido ao grave problema econômico o governo já havia assinado um acordo com o Banco Mundial e o FMI, acordo esse que foi determinante no abandono a política socialista.

O fim da guerra foi selado com o acordo assinado em Roma, em 4 de Outubro de 1992 pelas duas partes, por um lado Joaquim Chissano presidente da República e por outro o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama.

No acordo o governo e a RENAMO solicitaram a intervenção da ONU, para participar no processo de desarmamento das tropas beligerantes, esse desarmamento durou cerca de dois anos obrigando a formação do exército unificado, com a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias 1994, na qual o presidente da FRELIMO, Joaquim Chissano foi eleito presidente com pouco mais de 50% dos votos e posteriormente reeleito nas eleições de 1999.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para que possamos falar de pobreza é necessário, inicialmente sabermos o que é pobreza, depois é necessário que existam ferramentas para mensurar a mesma, por último é necessário que haja uma linha claramente demarcada, entre aqueles que são considerados pobres e aqueles considerados não pobres. As estratégias de redução da pobreza são documentos elaborados para reduzir ou erradicar a pobreza das sociedades em que ela é predominante. Assim o capítulo tratará dos conceitos, da mensuração, da divisão da pobreza e das formas de se combater a pobreza, através dos PRSP e da iniciativa de HIPC assuntos que também serão tratados nesse capítulo.

3.1 POBREZA: Conceitos, Mensuração e Divisão

De acordo com a visão de SANDRONI (1994), a pobreza é o estado da carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de renda ou inexistência de bens de consumo para satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação, ou seja, necessidades humanas elementares.

Para TOLOSA (2005), a pobreza apresenta múltiplas dimensões e tende a se modificar de acordo com momento histórico, das condições da economia de fatores culturais e das diversidades regionais, para eles, a pobreza está associada à insuficiência de renda, ou seja, quando os rendimentos de um indivíduo ou família não são suficientes para cobrir ou satisfazer as necessidades básicas como alimentação, transporte, moradia, saúde e educação.

A pobreza pode ser caracterizada de duas formas, segundo SEN (2001), tanto de forma descritiva, quanto de forma relativa a políticas. Na primeira visão, a descritiva, a identificação da pobreza é um conhecimento da privação, ou seja, quais os indivíduos que sofrerão com essa privação, como por exemplo, as privações relacionadas às variáveis como emprego (desemprego), saúde (doença), educação (analfabetismo), exclusão social (raça, por exemplo), idade (idosos e crianças), etc..

entre as comunidades e até mesmo entre as famílias e indivíduos, apontando todos os indivíduos que podem ser considerados pobres, já a segunda visão aponta (depois de se ter feito a identificação da pobreza) as políticas, ou seja, faz uma afirmação de que alguma coisa tem de ser feita pela sociedade para acabar com a pobreza.

Na avaliação de ROCHA (2003), a pobreza é um fenômeno de difícil compreensão, que de uma forma genérica pode ser definido como a situação na qual a necessidade de um indivíduo não é atendida de forma adequada, ou seja, ser pobre significa não dispor dos meios necessários ou suficientes para se manter (sobreviver) em determinado grupo social.

A abordagem dominante de identificação da pobreza especifica uma linha de pobreza divisória, definida como nível de renda abaixo do qual as pessoas são diagnosticadas como pobres. A partir desse ponto se faz a contagem do número de pessoas abaixo da linha de pobreza, que chamamos de incidência, que define o índice de pobreza como proporção total da população do que resulta em estar abaixo da linha de pobreza, ou seja, aqueles identificados como pobres (SEN, 2001).

Para conceituar e medir a pobreza, ROCHA (2003), divide a pobreza em: pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física, portanto, ao não atendimento as necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidade a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução e a desigualdade de meios de indivíduos como objetivos sociais. Implica delimitar conseqüentemente um conjunto de indivíduos relativamente pobres em sociedade onde o mínimo vital já é garantido a todos. A distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa não apresenta limites claros.

A incidência da pobreza é uma estimativa do percentual de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, essa linha de pobreza é medida em dólares e varia de país para país, por exemplo, nos países em desenvolvimento utiliza-se geralmente o método da pobreza alimentar. Estas linhas indicam insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as necessidades básicas mínimas de alimentação (PNUD, 1997).

A partir da pobreza absoluta, constroem-se as chamadas linhas de indigência e linha de pobreza. Para se definir esta, temos que determinar os patamares de rendimento, sendo considerada a pobreza, os rendimentos inferiores à linha da pobreza e pobreza extrema, os rendimentos abaixo da linha de indigência. A linha de indigência é relacionada a uma cesta de produtos alimentícios, ao custo de uma cesta alimentícia, ou seja, esse termo refere-se apenas a reprodução calórica do indivíduo. Por outro lado a linha de pobreza é obtida através de linha de indigência, aplicada ao multiplicador, dito de Engel, que representa as despesas de roupa, transporte e moradia (SALAMA e DESTREMAU, 1999).

Na visão do PNUD (1997), a pobreza pode ser medida a partir de dois índices que medem o desenvolvimento humano em cada país. O primeiro é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que é calculado usando-se três indicadores, o primeiro refere-se à saúde, que é também denominada por longevidade e é captado por meio da esperança de vida ao nascer, o segundo é referente à educação ou conhecimento, sendo mensurado com base na taxa de alfabetização de adultos, em conjunto com a taxa de matrículas combinada nos três níveis de ensino (primário, secundário e superior), e o último indicador, visa calcular a renda das pessoas em seu próprio país, e é medido pelo PIB per capita ajustado para diferenças no custo de vida de cada país, sendo expresso em PPC (paridade do poder de compra em dólares). O segundo índice é o IPH (Índice de Pobreza Humana) assim como o IDH mede as carências quanto ao desenvolvimento humano básico, as variáveis utilizadas para indicar essas dimensões são: o percentual de pessoas com esperança de vida inferior ou abaixo dos 40 anos; o percentual de adultos analfabetos; e o estabelecimento de condições econômicas essenciais para um padrão de vida adequado, medidas pelo percentual de pessoas sem acesso a serviço de saúde e água potável e pelo percentual de crianças menores de 5 anos com insuficiência de peso.

O IDH baseia-se numa perspectiva que avalia o desenvolvimento pelos avanços conseguidos por todos os grupos de um país, ou seja, dos pobres aos ricos, já o IPH avalia o desenvolvimento pela forma como os pobres são tratados em cada país, com isso fica claro que não há um vínculo automático entre redução da pobreza por insuficiência de renda e redução na pobreza humana porque muitos

países principalmente da América Latina e do Caribe reduziram a incidência de pobreza humana, mas sua privação de rendimentos permaneceu inalterada (PNUD, 1997).

Na avaliação de SEN (2001), a medição da pobreza pode ser vista como constituindo em dois exercícios distintos, porém inter-relacionados: (1) a identificação dos pobres e (2) agregação dos parâmetros estatísticos com respeito aos identificados como pobres para derivar um índice global de pobreza. Na abordagem tradicional de incidência o exercício de identificação é feito usando a renda relativa a linha de pobreza como uma divisão. Agregação então é feita simplesmente através da contagem do número de pobres e do cálculo da proporção da taxa de incidência, de pessoal abaixo da linha de pobreza. Ambos os exercícios são, nesta abordagem, completamente dependentes da consideração da privação em termos de baixa renda.

A forma mais utilizada para se medir a pobreza parte do custo de uma sexta básica de alimentos considerada adequada do ponto de vista nutricional ou calórico. Supondo que a alimentação represente aproximadamente metade do orçamento para satisfazer todas as necessidades básicas do indivíduo, estima-se a renda mínima necessária para superar a condição de pobreza. Essa renda passa a ser conhecida como linha de pobreza (TOLOSA, 2005).

Após termos visto vários conceitos sobre pobreza, é importante ressaltar que não basta apenas identificar a pobreza como privação dos meios para sobrevivência vital, e nem o combate da fome das pessoas de uma determinada sociedade, mais é preciso elaborar e fazer o uso de políticas que tenham como objetivos incluir o cidadão da sociedade através da educação, saúde, habitação, acesso ao lazer e a um trabalho que o possibilite comprar, com seu dinheiro o seu sustento, ou seja, tentar acabar com essa privação.

3.2 ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA POBREZA

Após termos conhecido os conceitos, definições e medidas da pobreza se fazem necessário à apresentação dos mecanismos para reduzir ou erradicar a

mesma, que será o assunto tratado nessa parte do capítulo. Assim a seção fará a apresentação das estratégias usadas pelos países para reduzir a pobreza em seus respectivos países, essas estratégias são: a iniciativa HIPC (Highly Indebted Poor Countries, ou iniciativa dos Países Pobres Muito ou Fortemente Endividados), e os PRSPs (Poverty Reduction Strategy Paper do português Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza).

3.2.1 Iniciativa HIPC (Países Pobres Fortemente Endividados)

A iniciativa HIPC é um esquema desenvolvido conjuntamente pelo FMI e pelo Banco Mundial para fazer face ao problema da dívida externa dos países pobres fortemente endividados. Para SERRA (2003), ela baseia-se nos seguintes princípios:

- O objetivo é com base numa análise caso a caso, conseguir a sustentabilidade do conjunto da dívida externa de um país;
- As ações só devem ser previstas no caso em que o devedor, através do seu comportamento anterior, tenha demonstrado uma boa utilização dos excepcionais recursos financeiros que são colocados à sua disposição;
- As novas medidas devem assentar, tanto quanto possível, no conjunto de medidas já em curso;
- As novas ações de apoio devem ser coordenadas entre todos os credores envolvidos, assegurando-se a participação mais lata e mais equitativa possível destes nos esquemas de apoio e na sua definição;
- O apoio dado pelos credores multilaterais deve preservar a sua integridade financeira e o seu estatuto de credor privilegiado; e
- Os recursos financeiros a conceder devem sê-lo com um elevado grau de concessionabilidade.

A Iniciativa HIPC foi criada em Setembro de 1996, ela visa o estabelecimento de um conjunto de ações pela comunidade financeira internacional.

incluindo credores nacionais e multilaterais, para conseguir que estes países atinjam, nomeadamente graças ao reescalonamento e perdão de parte da sua dívida, um nível anual de encargos com esta que seja considerado sustentável (SERRA 2003).

Para fazerem parte ou se beneficiarem da iniciativa os países devem possuir as seguintes características: terem um rendimento per capita (1993) de US\$ 695 ou menos, e um valor atualizado (em 1993) da dívida relativamente às suas exportações superior a 220% ou um valor atualizado da dívida relativamente ao PNB superior a 80% (SERRA 2003).

O sistema da Iniciativa HIPC é dividido em duas etapas segundo SERRA (2003). Na primeira etapa o país deve adotar programas de ajustamento e reforma apoiados pelo FMI e pelo Banco Mundial e prosseguir estes programas durante três anos, no final dessa fase será realizada uma análise da sustentabilidade para determinar a situação corrente da dívida externa do país. Isto consiste essencialmente numa projeção de médio-prazo da evolução da balança de pagamentos que procura determinar o peso da dívida do país e sua capacidade para cumprir as obrigações dela decorrentes, essa parte é chamada de “ponto de decisão”.

Na segunda etapa, denominada de “ponto de conclusão”, o país deve assegurar um segundo período de três anos de bons resultados na aplicação de (novos) programas apoiados pelo Fundo e pelo Banco. Este período poderá ser reduzido no caso de países que têm já uma experiência anterior de bom desempenho no quadro de programas anteriores. Durante esta segunda fase espera-se que os credores bilaterais e comerciais reescalonem as dívidas do país credor, incluindo uma redução de até 80% do VAL da dívida.

3.2.1.1 Participação do FMI E do BANCO MUNDIAL na Iniciativa HIPC

Segundo SERRA (2003), o FMI e o Banco Mundial desempenham as seguintes funções:

- *FMI*: a participação do Fundo na prestação de ajuda será feita principalmente sob a forma de donativos financiados por recursos da

Facilidade de Ajustamento Estrutural (FAE) e será usada apenas para fazer face às obrigações do país para com o Fundo. Nos primeiros casos, os recursos necessários para suportar a parte dos custos que cabe ao Fundo foram disponibilizados numa base temporária; quanto aos restantes, desenvolvem-se esforços para assegurar o financiamento do "Trust Fund" que suporta a FAE/HIPC.

- *BANCO MUNDIAL*: O Banco Mundial comprometeu-se a atuar durante a segunda fase através da utilização seletiva de donativos da Agência de Desenvolvimento Internacional (ADI) e no ponto de conclusão. O principal veículo da participação do Banco no "ponto de conclusão" é em conjunto com alguns dos demais credores multilaterais, é o "HIPC Trust Fund". Este fundo fornece alívio a países elegíveis quanto aos créditos dos credores multilaterais e é administrado pela ADI sendo as contribuições quer de doadores multilaterais quer de doadores bilaterais. O Banco fez transferências do rendimento líquido e do excedente do seu BIRD para o HIPC Trust Fund para dar alívio de dívida dos países a AID.

Atualmente a lista dos países pobres altamente endividados possui 40 países (Quadro 1) que estão habilitados e se enquadram nos requisitos para participar da iniciativa e receber ajuda do Banco Mundial e do FMI, mas apenas sete tiveram suas dívidas perdoadas em 1999 e participam da iniciativa HIPC e continuam a receber financiamentos por parte dos seus credores (SERRA 2003).

Até Agosto do ano em curso (2006), 19 dos 40 países, representando quase a metade dos HIPCs, alcançaram seus pontos da conclusão sob a iniciativa de HIPC. O mais recentemente, Camarões alcançou seu ponto da conclusão em abril de 2006. Todos os 19 países receberam ou estão recebendo irrevogavelmente o relevo de débito da iniciativa HIPC cometido no ponto de decisão (BANCO MUNDIAL, 2006).

QUADRO 1 – LISTA DOS PAÍSES QUE SE QUALIFICARAM PARA RECEBER O AUXÍLIO DA INICIATIVA DE HIPC (JULHO 2006)

Ponto de Conclusão N° de Países (19)		
Benin	Honduras	Ruanda
Bolívia	Madagascar	Senegal
Burquina Faso	Mali	Tanzânia
Camarões	Mauritânia	Uganda
Etiópia	Moçambique	Zâmbia
Gana	Nicarágua	
Guiana	Niger	
Ponto Interino (entre a decisão e o ponto da conclusão) N° de Países (10)		
Burundi	Gâmbia	São Tomé e Príncipe
Chade	Guiné	Serra Leoa
Congo Brazzaville	Guiné-Bissau	
Congo Kinshasa	Malawi	
Ponto de Pré-decisão N° de Países (11)		
Rep. Centro Africano	Haiti	Somália
Comores	Rep. Do Quirguistão	Sudão
Cote D'ivoire	Libéria	Togo
Eritrea	Nepal	

FONTE: BANCO MUNDIAL

3.2.2 Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza (PRSP)

Assim como a iniciativa HIPC, o PRSP também foi criado numa união entre o Banco Mundial e o FMI, esse documento é o requisito principal para que os países pobres muito endividados possam participar da iniciativa com o objetivo de terem suas dívidas reduzidas, parciais ou totalmente perdoadas (DFID, 1999).

Para reduzir a pobreza dos países pobres de baixa renda, o FMI criou junto com o Banco Mundial o PRGF (Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento), que antes era chamado de ESAF (Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural), que tem como objetivo apoiar programas que visem o fortalecimento substancial e sustentável da posição do balanço de pagamentos dos países membros e de baixa renda habilitados, e

promover o crescimento duradouro, resultado na elevação dos padrões de vida e na redução da pobreza (FMI, 1999).

Segundo o DFID 1999, os PRSPs são elaborados pelos governos dos países pobres tomadores e endossados pelo conselho de administração do Banco Mundial e do FMI, nas suas respectivas áreas de competências. a elaboração conta ainda com a participação dos parceiros internos e externos. Um PRSP deve incluir os seguintes princípios: Avaliação da pobreza; Metas de redução da pobreza; Prioridades para a ação do governo na redução da pobreza; Sistemas para monitorar a pobreza e avaliar o impacto dos programas e das políticas governamentais; e Descrição do processo participativo.

Os elementos chaves de uma estratégia de redução da pobreza segundo KLUGMAN, 2003 são descritos e definidos como:

a) Compreensão abrangente da pobreza e de seus determinantes. Será necessário identificar quem são e onde estão os pobres e o que lhes impede de sair da pobreza. bem como considerar as diversas dimensões da pobreza, inclusive baixa renda, capacidades, segurança e capacitação.

b) Escolha de ações públicas que tenham o maior impacto sobre a pobreza. Deverão ser indicadas as políticas que levam a um crescimento econômico mais rápido, inclusive estabilidade econômica, mercados mais livres e mais abertos e um ambiente estável e previsível para a atividade do setor privado. A priorização das ações públicas na estratégia para a redução da pobreza deve basear-se no impacto previsto sobre a pobreza a curto e longo prazo. Também dependerá de prioridades específicas nacionais, regionais e de grupo, expressas durante os processos de participação.

De modo geral, os programas do setor social serão componentes significativos do esforço, mas as ações com impacto mais direto sobre a renda dos pobres com base nas ações em áreas como desenvolvimento rural, infra-estrutura local e capacitação do desenvolvimento do setor privado, normalmente serão também importantes. Deverá ser abordada a disponibilidade de financiamento não-inflacionário para o programa.

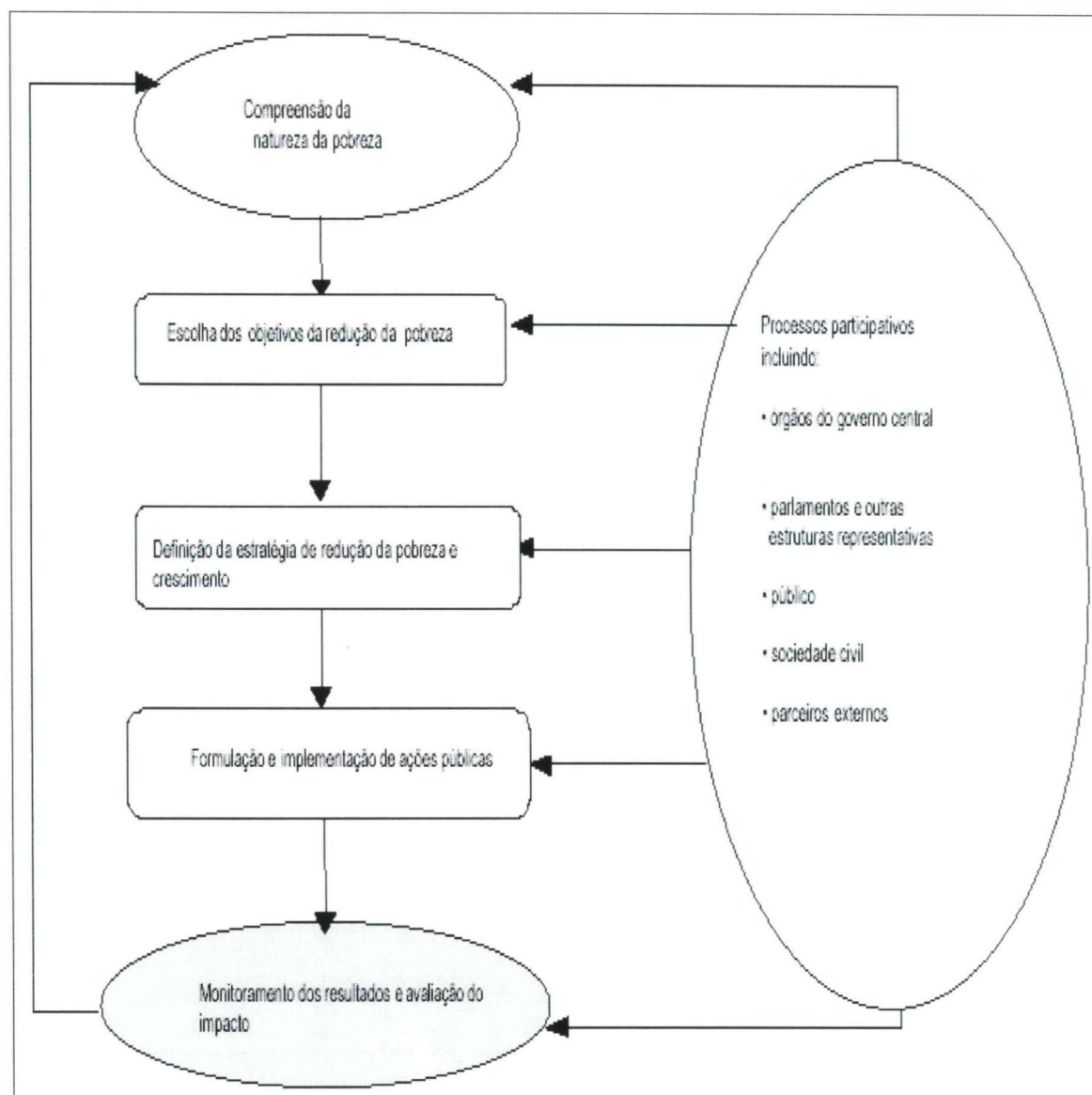
c) *Transparência.* O processo de determinação das prioridades orçamentárias e normativas, bem como o monitoramento do progresso no sentido de alcançar as metas da redução da pobreza deve basear-se em processos transparentes ao diálogo público e à divulgação da informação. Uma maior transparência e responsabilização na gestão fiscal ajudarão a aumentar a eficiência da despesa pública.

d) *Indicadores de resultados estabelecidos e monitorados por meio de processos de participação.* A identificação e a medição das metas da pobreza, bem como a avaliação do impacto das intervenções prioritárias sobre os pobres são mecanismos cruciais para a avaliação regular da formulação e implementação das políticas e programas. É preciso uma ampla participação para assegurar que sejam escolhidos os alvos mais relevantes e que haja um retorno da informação sobre o monitoramento regular dos indicadores dos resultados a fim de aprimorar as políticas e os programas com vistas a aumentar a sua eficiência.

Como existem diferenças entre os países os PRSPs deverão ser avaliados, revisados e atualizados a cada três anos com relatórios anuais de andamento fornecidos pelos governos ao Banco Mundial e ao FMI. Dados os requisitos básicos para a elaboração de um PRSP os governos deverão elaborar um PRSP provisório para continuarem a receber as ajudas do Banco Mundial, do FMI e dos outros credores parceiros. Esses PRSPs deverão conter o cronograma planejado de preparação do PRSP, juntamente com uma declaração do compromisso do governo com a redução da pobreza. Essa declaração deve incluir um esboço do processo de participação, os elementos dos programas atuais de redução da pobreza (na medida do possível), um mecanismo macroeconômico de médio prazo e uma matriz de política (KLUGMAN, 2003).

Para se desenvolver ou elaborar uma estratégia de redução da pobreza devem ser seguidos alguns processos, processos esses que não seguem a mesma regra devido a diferença entre os governos de cada país. Segundo KLUGMAN (2003), existem elementos fundamentais que devem constar na formulação de uma estratégia de redução da pobreza que podem ser vistos na ilustração da Figura 3.

FIGURA 3 - ILUSTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE UMA ERP* NO NÍVEL DO PAÍS



FONTE: **Visão Geral**. Visão Preliminar Para Comentários. J KLUGMAN 2003.

* ERP - Estratégia de Redução da Pobreza.

Segundo KLUGMAN 2003, todos os países que recebem alívio da dívida por meio da iniciativa HIPC, ou que participem do programa de financiamento da redução da pobreza e crescimento (PRGF), deverão dispor de alguns documentos endossados e aprovados pelo Banco Mundial e pela diretoria do FMI, Quadro 2.

QUADRO 2 - DOCUMENTOS EXIGIDOS PELO BANCO MUNDIAL E PELO FMI

Documentação Exigida			
Documento	Periodicidade	Autoria	Público-alvo
A. Documentos necessários para Acordos do ESAF			
Documento-Quadro de Política Econômica e Financeira (PPF)	Anual	Elaborado em conjunto com o Fundo e o Banco: documento do país	Conselhos do Fundo e do Banco: hoje publicado pela maioria dos países
Carta de Intenções (pode incluir Memorando de Política Econômica)	A cada pedido de acordo ou revisão	Elaborado pelo país em conjunto com o Fundo: documento do país	Conselho do Fundo: hoje publicado pela maioria dos países
Relatório do Corpo Técnico	A cada pedido de acordo ou revisão	Elaborado pelo corpo técnico do Fundo	Conselho do Fundo
B. Documentação proposta para Acordos do PRGF			
Plano Estratégico de Redução da Pobreza (PERP)	PERP a cada 3 anos, com relatório anual de atividades nos anos intermediários	Elaborado pelo próprio país, em consulta com a sociedade civil e doadores, com assistência do Fundo e do Banco	Documento público: endosso do Fundo e do Banco necessário para respaldar as operações; pode ser usado pelos doadores para organizar o apoio
Avaliação do PERP pelo corpo técnico	A cada PERP, relatório de atividades e PERP provisório	Elaborado em conjunto pelo corpo técnico do Fundo e do Banco	Conselhos do Fundo e do Banco: será publicado
Carta de Intenções (pode incluir Memorando de Política Econômica)	A cada pedido de acordo ou revisão	Elaborado pelo país em conjunto com o Fundo: documento do país	Conselho do Fundo: hoje publicado pela maioria dos países
Relatório do Corpo Técnico	A cada pedido de acordo ou revisão	Elaborado pelo corpo técnico do Fundo	Conselho do Fundo
Pró-memória: Documentos da Iniciativa HIPC			
Documentos da Iniciativa HIPC (para países que solicitarem assistência no âmbito da Iniciativa)	Antes do ponto de decisão (documento preliminar), no ponto de decisão e no ponto de conclusão	Elaborado pelo Banco e pelo Fundo a partir da análise de sustentabilidade da dívida preparada em conjunto pelo país, o Fundo e o Banco	Conselhos do Fundo e do Banco: outros credores que tenham interesse na Iniciativa HIPC: a maioria dos países tem concordado em publicar os documentos dos pontos de decisão e de conclusão

Fonte: Corpo técnico do Fundo e do Banco.

4 PRSP: (ANGOLA X MOÇAMBIQUE)

Após conhecermos os conceitos de pobreza e os mecanismos para redução da mesma (pobreza), o presente capítulo tem como objetivo a apresentação de alguns dados que identifiquem Angola e Moçambique como países pobres, quais as causas da pobreza nos países e também apresentar resumidamente os planos elaborados pelos dois governos para reduzir a pobreza (PRSPs), e também mostrar as semelhanças e diferenças entre os mesmos (planos).

4.1 POBREZA EM ANGOLA

A linha da pobreza em Angola foi definida em 2001, pelo inquérito dos agregados familiares sobre despesas e receita (IDR), que definiu a pobreza relativa em 392 Kwanzas (moeda local) por mês, o que equivale aproximadamente a 1.7 dólares americanos por dia, e a pobreza extrema ou absoluta foi fixada em 175 Kwanzas por mês o que equivale 0.76 dólares por dia (ECP, 2003).

Ainda segundo a ECP (2003), sobre alguns indicadores do pós-guerra em Angola, a pobreza atinge 68% da população, havendo 26% em situação de pobreza absoluta, ou seja, vivendo com menos de 1 dólares por dia.

Angola tem uma população estimada em cerca de 14 milhões de habitantes, com uma taxa de crescimento média anual de 3.1% entre os anos de 1975 e 2000, de acordo com IDR (Inquérito dos agregados familiares sobre Despesas e Receita) a pobreza era maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas, isso teve uma forte influência da guerra que limitou ao acesso das pessoas às áreas de cultivo e aos mercados, sendo assim a pobreza atinge 57% nas áreas urbanas e 94% nas áreas rurais (ECP, 2003).

Um dado bastante importante é o índice de desenvolvimento humano (IDH), que segundo a ECP (2003), apresentou algumas variações nos últimos anos, em 1997 ficou situado em 0,398 em 1999 teve um aumento para 0.422 em 2000 sofreu uma queda, situando-se em 0.403 um IDH desejável é aquele que se situa

próximo de 1 já que ele é medido numa escala de 0 a 1. Com esse cenário o país ficou situado na posição de 161^a entre 175 países.

Estima-se que menos de 35% da população angolana tenha acesso à prestação de cuidados do sistema nacional de saúde. Com relação à saúde materna, estima-se que apenas 45% dos partos tenham sido assistidos por pessoal qualificado, esse indicador também é diferenciado nas áreas rurais e urbanas, sendo de 25% na primeira e de 53% na segunda (ECP, 2003).

Outro indicador importante é o número de pessoas infectadas pelo HIV/SIDA, quanto a essa questão, o governo estima que cerca de 5,7% da população contraiu a doença em 2001. Embora essa taxa seja elevada, ela está situada abaixo da média da África subsariana que é de 9%, essa taxa elevada é consequência dos movimentos migratórios da população causados pela guerra, se deve também a falta de conhecimentos sobre os cuidados a prevenção da doença.

Quanto à questão da educação também existem variações entre áreas rurais e urbanas e dos homens para as mulheres. Estima-se que mais de 30% da população com mais de 15 anos seja analfabeta, o nível de analfabetismo é maior entre as mulheres que podem atingir 50% delas. Estima-se que cerca de 34% das crianças com idade inferior a 11 anos nunca frequentou a escola, esse indicador varia no meio rural e urbano como já foi dito acima, no meio rural estima-se que 42% das crianças com menos de 11 anos nunca frequentou a escola já no meio urbano esse número é bem menor sendo de 24%. A taxa de alfabetização de adultos é de 45%.

Outros dados sobre a pobreza em Angola estão relacionados a questões como o sistema de abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento de esgotos e a questão da energia elétrica. Quanto a esses dados a ECP (2003), estima que 62% da população não tenha acesso direto, ao sistema de água potável, apenas 15% tem ligação direta à rede pública de abastecimento de água tratada. Quanto à questão de saneamento estima-se que 41% da população vive sem dispor de sistema de saneamento, nas áreas rurais esse indicador é de 25%, estima-se ainda que apenas 13,5% da população total e 2% da população rural possuem banheiro com sistema de esgoto. Cerca de 83% da população total, e 96% da população rural recorre a fontes de energia não convencional para cozinhar, como lenha e carvão, e

apenas 25% dos pobres extremos tem acesso à eletricidade, contra 66% dos não pobres.

Outros indicadores de bem-estar social como, rádio, jornal, celular, TV e computador são ainda naturalmente muito baixos. Com isso, estima-se que 1999 em cada mil habitantes de Angola apenas 12 tinham jornal diariamente, 54 tinham rádio 91 tinham TV, 1 tinha celular e apenas 0,7 tinham computador em casa (PNUD, 1999). Outro indicador é a taxa de mortalidade infantil, que em cada mil partos ocorrem 170 mortes que é uma das maiores taxas de mortalidade infantil do mundo, e ainda a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos em cada mil crianças é de 209.

Com esses dados da pobreza da população em Angola, a esperança de vida a nascença da população é de 46 anos, sendo 41,6 a probabilidade de nascença um indivíduo não sobreviver para além dos 40 anos.

4.1.1 Causas da Pobreza em Angola

Segundo a ECP 2003, as principais causas da pobreza em Angola são:

- (i) O conflito armado que provocou, durante quase três décadas, o deslocamento de populações, a destruição de sistemas tradicionais de atividade econômica e de solidariedade social, a destruição das infra-estruturas sociais e das vias de comunicação e distribuição de produtos e outros bens essenciais, dando origem a situações humanitárias dramáticas;
- (ii) A forte pressão demográfica resultante de uma muito elevada taxa de fertilidade, da elevada taxa de dependência nos agregados familiares (com mais de metade da população com idade inferior a 18 anos) e de movimentos migratórios massivos em direção às cidades;
- (iii) A destruição e degradação das infra-estruturas econômicas e sociais, consequência direta da guerra, mas também consequência imediata da

deficiente manutenção e conservação, e dos desajustamentos do sistema de programação e gestão do investimento público;

(iv) O funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e proteção social em consequência da insuficiência de meios técnicos e humanos, dificultando o acesso a estes sistemas dos grupos mais vulneráveis;

(v) A quebra muito acentuada da oferta interna de produtos fundamentais, em particular de bens essenciais.

(vi) A debilidade do quadro institucional, explicado pela baixa qualificação média dos quadros e técnicos e pela reduzida produtividade;

(vii) A desqualificação e desvalorização do capital humano, decorrente da destruição e desgaste dos sistemas de educação e formação, da precariedade do estado sanitário, dos baixos salários e da extensão do desemprego e subemprego; e

(viii) A ineficácia das políticas macro económicas na correção dos fortes desequilíbrios macroeconómicos que se verificam ao longo da década de 90.

4.2 PLANO ANGOLANO – “Estratégia de Combate à Pobreza - ECP”

O Governo de Angola, tendo em vista a redução acelerada e sustentada da pobreza, desenvolveu a Estratégia de Combate à Pobreza – ECP. Essa estratégia surgiu num contexto de consolidação da paz e na sequência dos objetivos fixados nos Programas do Executivo que advogam a necessidade de se gerar um desenvolvimento económico e social abrangente e sustentável (ECP, 2003).

O combate à pobreza surge, no domínio da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África – NEPAD, como estratégia fortificante para a afirmação do Continente africano no contexto internacional e para a redução das disparidades existentes entre a África e o mundo desenvolvido ocidental.

O Programa do NEPAD constitui, não obstante, a necessidade de assegurar o cumprimento das metas definidas na Cimeira do Milénio com vista à redução da

pobreza, da desigualdade e a promoção do crescimento e desenvolvimento econômico em África.

No plano nacional, a ECP aparece como resposta do Governo ao problema da pobreza, que é bastante grave em Angola. O País situa-se, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano, em 161º lugar, num ranking de 175 países.

Apesar dos progressos alcançados, em especial de ordem política e econômica, o nível de desenvolvimento humano é ainda muito baixo.

Com a situação atual da pobreza em Angola o governo angolano pretende uma redução em 50% (cinquenta por cento) da proporção da população com menos de um dólar diário até 2015.

O Executivo do governamental identificou dez áreas de intervenção prioritária com a Estratégia de Combate à Pobreza, nomeadamente: (i) a reinserção social; (ii) a segurança e proteção civil; (iii) a segurança alimentar e desenvolvimento rural; (iv) o HIV/SIDA; (v) a educação; (vi) a saúde; (vii) as infra-estruturas básicas; (viii) o emprego e formação profissional; (ix) a boa governação; e (x) a gestão macroeconómica (ECP, 2003).

4.2.1 Reinserção Social

No atual contexto de pós-guerra a reinserção social dos desmobilizados, deslocados e refugiados é um objetivo estratégico da máxima prioridade para assegurar a consolidação da paz e da unidade nacional e para a promoção do desenvolvimento local. As intervenções no âmbito da ECP visam criar as condições para a fixação das populações nas suas áreas de origem, ou em áreas determinadas como mais apropriadas, e promover as dinamizações económicas, sociais e culturais destes locais.

Algumas das iniciativas mais importantes são: A realização de seminários de formação para as equipas provinciais para elaboração de projetos; A realização de seminários de capacitação dirigidos às organizações comunitárias, de base e à administração local; A formação de equipas municipais para recolha de dados para os projetos; A organização de equipas técnicas de enquadramento dos projetos; A

preparação de projetos executivos para apoiar a população alvo; e A concepção de normas e mecanismos para a execução. acompanhamento.

4.2.2 Segurança e Proteção Civil

De forma complementar, é essencial garantir a segurança e proteção do cidadão. a desativação das minas e outros engenhos explosivos que estejam espalhados pelo território. nacional é condição fundamental para permitir a total liberdade de circulação de pessoas e bens. em particular. no meio rural que foi mais duramente afetado pelo conflito armado e que constitui um dos principais destinos das populações deslocadas.

Destacam-se algumas das intervenções que estão previstas no âmbito do programa integrado de desminagem: Criação de um órgão do Governo de coordenação do programa integrado de desminagem; Organização de campanhas de sensibilização e divulgação de informação sobre a localização das minas e sobre as precauções que a População deve tomar para evitar acidentes; Criação de mecanismos de investigação de acidentes causados por minas que envolvam peritos e as populações; Criação de capacidade para a execução das operações de desminagem; e Controle de qualidade das operações de desminagem. garantindo a observância dos padrões de segurança a custos sustentáveis.

4.2.3 Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural

A Segurança Alimentar e o desenvolvimento rural são também aspectos do próprio processo de reinserção social. A revitalização da economia rural ajudará a fixar a população no campo e conduzirá, progressivamente. a uma redução da dependência de produtos agrícolas provenientes do exterior. O setor rural é uma das áreas estratégicas do futuro desenvolvimento de Angola. dado o seu potencial de criação de emprego e geração de rendimento no setor familiar e a sua vital importância para a redução da dependência comercial e, conseqüentemente, da vulnerabilidade do mercado interno.

Para atingir os objetivos da estratégia do sector, e tendo em vista os princípios básicos definidos anteriormente, as linhas de atuação, incluem: O reforço da capacidade de produção do sector tradicional, particularmente de culturas alimentares e da pesca continental/artesanal; A reativação dos sistemas de mercado interno (comércio rural); O desenvolvimento sustentável dos recursos naturais; e a reorganização e adequação do quadro jurídico e modernização gradual das instituições públicas, tornando-as agentes de regulação e da promoção do desenvolvimento sustentável do sector (reforma institucional).

4.2.4 HIV/SIDA

Num contexto de maior mobilidade de pessoas e bens e dinamismo económico, são fundamentais prevenir a propagação, do HIV/SIDA que atinge proporções alarmantes nos países vizinhos. Será também necessário mitigar o impacto sobre os portadores de HIV/SIDA proporcionando-lhes o acesso aos cuidados de saúde e nutrição necessárias e a integração social.

Os objetivos centrais do programa do Governo de luta contra o HIV/SIDA, concretizados na ECP são os seguintes: Fortalecer a capacidade de resposta nacional para combater a epidemia do HIV/SIDA; Conter a tendência de transmissão do HIV através, do reforço da prevenção; e atenuar o impacto socioeconómico do HIV/SIDA no indivíduo, família e comunidade.

4.2.5 Educação

A educação constitui um dos elementos chave do desenvolvimento humano, aumentando as oportunidades do indivíduo em sociedade. A educação é também essencial para o crescimento económico, porque aumenta a quantidade e qualidade do capital humano disponível ao processo de produção. Os principais objetivos na área da educação incluem o alcance de educação básica universal e a erradicação do analfabetismo, de forma a garantir que toda a população tenha oportunidade de desenvolver as capacidades mínimas para combater a pobreza.

A ECP identifica como objetivo da política do sector que concorrem diretamente para o combate à pobreza e o bem-estar da sociedade: A universalização do acesso ao ensino primário (1ª a 6ª classe) obrigatório de qualidade; A erradicação do analfabetismo de adultos; A integração de crianças com necessidades educativas, especiais no sistema; A integração dos adolescentes e jovens no sistema de ensino; A redução das disparidades de gênero e geográficas no acesso à educação; e o reforço da capacidade de administração, gestão e inspeção escolar.

4.2.6 Saúde

A saúde da população é um elemento igualmente importante do desenvolvimento humano e constitui uma condição necessária, para o crescimento económico. De fato, para poder participar no processo produtivo, e beneficiar das oportunidades que advenham do crescimento económico o indivíduo precisa gozar de boa saúde. Os principais objetivos da área da saúde são garantir a prestação dos serviços básicos de saúde, com a qualidade necessária, a toda a população, tendo como principais grupos-alvo as mulheres e crianças.

O programa do sector Saúde tem como componentes ou objetivos específicos: Aumentar e melhorar o acesso aos cuidados primários de saúde, com destaque para a saúde materno-infantil; Melhorar a qualidade dos serviços existentes dando ênfase à formação, supervisão e disponibilidade de medicamentos essenciais, assim como ao reforço do diagnóstico das doenças mais comuns, com destaque para a malária, tuberculose e doenças preveníveis pela vacinação; Controlar a propagação das DST/HIV/SIDA; e reforçar o nível provincial e municipal no domínio de gestão e planeamento.

4.2.7 Desenvolvimento das Infra-estruturas Básicas

O desenvolvimento das infra-estruturas básicas é fundamental para assegurar as condições básicas de habitabilidade a toda a população e para criar as

condições de base ao processo, de crescimento econômico. As melhorias da rede de estradas permitirão o melhor acesso a mercados e redução de custos, e facilitarão a comunicação e mobilidade, em especial para as populações que vivem nas zonas rurais e dependem da agricultura. Em paralelo, a provisão de água, saneamento e energia são essenciais para o desenvolvimento do capital humano e para o aumento da produção nacional. A construção de habitação social permitirá alojar e realojar as famílias vivendo em condições habitacionais precárias, no espaço urbano e rural, dando-lhes as condições necessárias para uma vida condigna.

Quanto a esse setor o governo identificou as seguintes áreas: Vias de comunicação; Abastecimento de Água e Saneamento; Energia Elétrica; e Habitação.

4.2.8 Emprego e Formação Profissional

O emprego e formação profissional jogam um papel essencial na diminuição dos Índices de pobreza dado que contribuem diretamente para o exercício de atividades geradoras de rendimento, que contribuem para o sustento do indivíduo e da sua família, e promovem a valorização do capital humano nacional que é o sustento de um crescimento econômico sustentável.

As seguintes áreas que foram identificadas como sendo o objetivo global do setor de emprego e formação profissional são: A expansão da cobertura do acesso aos serviços de emprego e formação profissional; e a melhoria da qualidade, eficiência e eficácia do sistema nacional de emprego e formação profissional.

Os objetivos específicos desse setor são: O alargamento da capacidade formativa dos centros, públicos tutelados pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional nas províncias mais desfavorecidas; A disseminação da utilização de oficinas móveis de formação profissional; O reforço da valorização da mão-de-obra nacional através da implementação de um plano nacional de formação de quadros; O estabelecimento, de um programa de dinamização de micro e pequenas empresas no seio das comunidades (fomento do auto-emprego); A implementação de programas direcionados para grupos vulneráveis da população.

em particular mulheres, deslocados e portadores de deficiências, e a adoção e implementação de um programa de apoio, à inserção de jovens na vida ativa.

4.2.9 Governança

A qualidade da governança das instituições do Estado é muito importante para garantir a provisão de serviços públicos para os mais carentes e para orientar o processo de desenvolvimento econômico, e social, garantindo a observância das normas e princípios fundamentais.

O presente programa inclui políticas para promover a boa governança de várias formas, incluindo: o reforço da capacidade e eficiência do sistema judiciário, protegendo os direitos e liberdades dos cidadãos e impondo o cumprimento dos contratos; a reforma das instituições públicas para melhor responderem as necessidades da população, iniciando a simplificação de procedimentos burocráticos; a descentralização e desconcentração da administração pública para níveis próximos das comunidades; e a modernização dos processos de planejamento e da gestão das finanças públicas, introduzindo maior celeridade, rigor e transparência nos procedimentos; reestruturação do sistema de planejamento; e reestruturação do sistema de gestão dos recursos humanos.

4.2.10 Gestão Macro Econômica

A gestão macro econômica constitui um importante complemento dos desenvolvimentos descritos anteriormente. Um clima macroeconômico estável é fundamental para garantir a confiança dos investidores e criar as condições propícias para o aumento da atividade empresarial e conseqüente geração de emprego e aumento do rendimento da população.

Os investimentos convergem mais fluidamente para contextos econômicos caracterizados por baixa inflação, estabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio, estruturas fiscais transparentes e incentivadoras das iniciativas privadas.

gestão pública, eficiente e sistemas judiciais defensores da livre iniciativa e da propriedade privada.

Os esforços de estabilização já em curso deverão ser definitivamente acentuados, de modo a que as condições para o incremento da atividade econômica se consolidem definitivamente e suportem um desenvolvimento econômico e social sustentável.

Os principais componentes da gestão macroeconômica são: A política monetária, e cambial; As políticas de desenvolvimento dos mercados financeiros: a política fiscal e orçamentai, e a política externa.

4.2.11 Intervenientes da ECP

A ECP foi elaborada conjuntamente por várias instituições governamentais, de níveis centrais, provinciais e municipais, representantes da sociedade civil angolana, em particular das comunidades rurais, e das agências de cooperação internacional foram para o efeito, consultadas ao longo do processo da sua concepção, tendo prestado imprescindível e valiosas contribuições que estiveram na base da produção desse documento.

É um instrumento sugestivo que deve por sua vez ser adaptado às condições específicas locais, sem que sejam contrariados os princípios e valores fundamentais a ela subjacentes. Ao colocar a ênfase sobre a resolução dos problemas mais urgentes a ECP alastra também as bases para a incubação do plano de desenvolvimento de médio prazo, que se reflete no lapso temporal que vai desde 2005 a 2009 e para a formulação de uma estratégia de desenvolvimento estrutural de longo prazo, com um horizonte temporal que se estende até 2025.

O Governo de Angola desenvolveu essa Estratégia para garantir que todos possam vir a se beneficiar de forma equitativa do processo de reconstrução e desenvolvimento nacional.

Desde a celebração dos Acordos de Paz em Abril de 2002, o objetivo global consiste na consolidação da Paz e da unidade nacional através da melhoria sustentada das condições de vida do cidadão mais carenciado e vulnerável.

motivando-o a participar ativamente do processo de desenvolvimento econômico e social.

4.2.12 Objetivos Específicos da ECP

Os objetivos específicos da ECP estão estreitamente ligados as suas áreas de intervenção prioritárias, assim constituem como alguns objetivos específicos da ECP os seguintes:

- Apoiar o regresso e a fixação dos deslocados internos, refugiados e desmobilizados para zonas de sua origem ou reassentamento integrando-os de forma sustentável na vida econômica e social;
- Garantir as condições mínimas de segurança física do cidadão através da desminagem, do desarmamento e da garantia da lei e da ordem pública por todo o território nacional;
- Minimizar o risco de fome, satisfazendo as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural como setor vital para o desenvolvimento sustentado.
- Controlar a propagação do HIV/SIDA e mitigar o impacto nas pessoas vivendo com HIV/SIDA e suas famílias;
- Assegurar o acesso universal ao ensino, primário, eliminar o analfabetismo e criar as condições para a proteção e integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo, sempre a equidade de gênero;
- Melhorar o estado, de saúde da população, em especial através do aumento, do acesso a cuidados primários de saúde de qualidade e do controle da propagação do HIV/SIDA;
- Reconstruir, reabilitar e expandir as infra-estruturas básicas para o desenvolvimento econômico, social e humano;

Neste quadro, se estabelece como meta global a redução da incidência da pobreza do nível atual de 68% (sessenta e oito por cento), para metade até 2015.

4.3 POBREZA EM MOÇAMBIQUE

A linha de pobreza em Moçambique foi definida em 5.433.00 MT (Metical, moeda nacional) por pessoas por dia, o equivalente a 160.780.00 MT do consumo médio mensal que em dólares seria o equivalente a 170 USD por ano aproximadamente 0,50 centavos de USD por dia, com isso a incidência da pobreza no país é de 69,4 % mostrando que mais de 2/3 da população moçambicana se situa a baixo da linha da pobreza, ou seja, são considerados pobres extremos (pobreza absoluta) esses dados foram coletados no ano de 96-97 pelo Inquérito de Agregados Familiares (PARPA 2001).

Com uma população de 18,4 milhões de habitantes em 2001, a pobreza é maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas, nas áreas rurais ela é atinge 71,2 % da população rural, já nas urbanas os níveis são de 62 %, é importante saber que dos 18,4 milhões de habitantes na época (2001) 80% deles viviam nas áreas rurais.

Segundo o PARPA (2001), a taxa de alfabetização dos adultos ou dos maiores de 15 anos era de apenas 40 %, ou seja, 60 % da população adulta era analfabeta, esse indicador é menor ainda quando se trata de gênero em que as mulheres são as mais atingidas, em que apenas 15 % delas eram alfabetizadas.

A taxa de mortalidade de menores de 5 anos em cada 1000 era de 223 no ano 1999, já a mortalidade infantil em 1999 era de 130 crianças em cada 1000, segundo o PNUD 1999. A taxa de mortalidade por malária das crianças com menos de 5 anos de idade internadas em hospitais rurais era de 34 % já a taxa de baixo peso a nascença era de 12,2 % em 2000. Outro indicador relacionado a saúde é o HIV, quanto a esse indicador a taxa de sero-prevalencia estimada era de 16,4 % da população em 2001 (PARPA 2001).

Quanto ao acesso à água potável existem diferenças entre áreas rurais e urbanas, nas áreas rurais apenas 12 % da população tinha acesso a água potável em 2000, já nas áreas urbanas o acesso desse bem era de 44 %, o total nacional era de 91,5 % da população sem acesso a água potável canalizada.

Outros indicadores não menos importantes estão ligados a questões culturais como, por exemplo, acesso a jornal diariamente, rádio, televisão, telefone

celular e computador. Quanto esses indicadores começando por jornal diariamente apenas 3 em cada 1000 pessoas compra jornal, 39 pessoas de cada 1000 tem rádio, 4 tem televisão em casa, nenhum tem celular em cada 1000 e apenas 1.6 tem computador em cada 1000 habitantes (PNUD 1999).

Com essa situação de pobreza em Moçambique a esperança de vida à nascença de um moçambicano era de 45,2 anos em 1999 colocando o país na 169ª posição no ranking de 174 países com um IDH de 0,341 no ano de 1999 segundo os estudos do (PNUD 1999).

4.3.1 Determinantes da Pobreza em Moçambique

Segundo o Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) do ano de 1996/97, os principais determinantes da pobreza em Moçambique, que foram encontrados com a elaboração do PARPA 2001 são:

- Crescimento lento da economia até ao começo da década de noventa:
- Fraco nível educacional dos membros do agregado familiar em idade economicamente ativa, com maior destaque para as mulheres:
- Elevadas taxas de dependência nos agregados familiares:
- Baixa produtividade da agricultura familiar:
- Falta de oportunidades de emprego dentro e fora do sector agrícola:
- e
- Fraco desenvolvimento de infra-estruturas, em particular nas zonas rurais.

4.4 PLANO MOÇAMBICANO: PARPA 2001-2005

O Governo de Moçambique, dando continuidade à sua estratégia de combate à pobreza absoluta no país, elaborou e apresentou o seu documento para redução da pobreza, esse documento se intitulou de (PARPA) 2001-2005 (Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta). O PARPA 2001–2005 contém a visão

estratégica para a redução da pobreza, os objetivos principais, e as ações chave que deverão ser prosseguidas, e que orientarão a preparação dos orçamentos, programas e políticas de médio prazo e anuais do Estado. O PARPA 2001–2005 é também o primeiro PRSP (Poverty Reduction Strategy Paper) de Moçambique (PARPA 2001).

O PARPA 2001-2005 é o PRSP definitivo do governo moçambicano, ele deriva de outros documentos na tentativa de se reduzir à pobreza no país como as Linhas de Ação para a Erradicação da Pobreza Absoluta (1999), o PARPA 2000-2004 (PRSP-Interino) e o Programa do Governo 2000-2004, bem como os planos, políticas, e estratégias setoriais e intersetoriais desenvolvidos pelos órgãos do Estado.

O objetivo central do Governo é a redução substancial dos níveis de pobreza absoluta em Moçambique através de medidas para melhorar as capacidades e as oportunidades para todos os moçambicanos, e em particular para os pobres. O objetivo específico é a redução da incidência da pobreza absoluta do nível de 70 por cento em 1997 para menos de 60 por cento em 2005, e menos de 50 por cento até finais da primeira década de 2000.

Os executivos do governo moçambicano identificaram seis áreas de intervenção prioritárias, ou seja, áreas que são consideradas fundamentais para a promoção do desenvolvimento humano e a criação de um ambiente favorável para o crescimento rápido, inclusivo e abrangente.

As áreas de ação fundamentais identificadas no PARPA 2001 pelos executivos moçambicanos são as seguintes: (i) educação, (ii) saúde; (iii) agricultura e desenvolvimento rural; (iv) infra-estrutura básica; (v) boa governação; e (vi) gestão macroeconômica e financeira.

Essas áreas de ação são consideradas “fundamentais” porque são absolutamente essenciais para a redução da pobreza e para o crescimento, e também porque têm efeitos profundos e abrangentes. A seleção dessas prioridades resultou do diagnóstico das determinantes da pobreza em Moçambique, dos estudos direcionados à redução da pobreza (a luz de lições de experiências internacionais), e das consultas com a sociedade civil e sector privado (PARPA 2001).

4.4.1 Educação

A educação é um dos direitos humanos básicos. O seu papel fundamental para a redução da pobreza é universalmente reconhecido. O acesso a educação contribui diretamente para o desenvolvimento humano, aumentando as capacidades e oportunidades para os pobres, promovendo maior equidade social, regional e do gênero.

A educação é também essencial para o crescimento rápido, porque expande a quantidade e qualidade do capital humano no processo de produção, assim como a capacidade da nação em absorver novas tecnologias. Os principais objetivos na área da educação incluem o alcance de educação primária universal, enquanto se expande rapidamente a educação secundária, educação não-formal, e educação técnica profissional. O programa inclui um compromisso de combate ao HIV/SIDA através das escolas.

O programa integra dez componentes: ensino primário: alfabetização e educação de adultos; ensino secundário geral; ensino técnico-profissional: formação de professores; aprimoramento ético e elevação da qualidade de prestação de serviços pelo sistema educacional; ensino superior; formação profissional; educação especial; e combate ao SIDA/HIV, no sector da Educação.

4.4.2 Saúde

O sector de saúde joga igualmente um papel fundamental em melhorar diretamente o bem-estar dos pobres, ao mesmo tempo em que imprime um crescimento econômico rápido através duma melhor qualidade do capital humano.

Os principais objetivos no ramo da saúde incluem a expansão e melhoria da cobertura dos cuidados primários através de programas especiais para grupos alvo tais como mulheres e crianças, uma campanha visando reverter a tendência atual expansiva da epidemia HIV/SIDA, e maiores esforços para combater doenças endêmicas, com destaque para malária, diarreias, tuberculose, e lepra. A estratégia

inclui também iniciativas ligadas á saúde, que se encontra em outras categorias, tais como provisão de água (infra-estrutura) e segurança alimentar (agricultura).

O programa integra seis componentes: cuidados da saúde primária; cuidados de saúde no combate às grandes endemias; combate ao HIV/SIDA; rede sanitária; desenvolvimento de recursos humanos; planeamento e gestão do sector de saúde.

4.4.3 Agricultura e Desenvolvimento Rural

A agricultura e o desenvolvimento rural é uma área prioritária na estratégia da redução da pobreza e crescimento abrangente porque a grande maioria da população, mais de 70% vive em áreas rurais e dependem da agricultura para se sustentar e também porque a agricultura representa 30 % do PIB do país.

A geração de rendimentos depende de avanços agrários que estimulem o aumento da produtividade, mas também e, fundamentalmente, de acesso a mercados. O desenvolvimento rural beneficiará dos efeitos das ações relativas ao desenvolvimento do capital humano e das infra-estruturas, entre outras. Será também promovida pelo incremento da produção, em especial, da agricultura.

O programa integra dez componentes: extensão; investigação; apoio à produção agrícola; pecuária; florestas e fauna bravia; gestão de terras agrárias; irrigação; micro finanças; comunicação rural; desenvolvimento institucional.

4.4.4 Infra-estrutura Básica

Um papel fundamental do Estado para dinamizar o desenvolvimento de uma economia de mercado e expandir as oportunidades para os pobres é o desenvolvimento de infra-estruturas básicas. A melhoria da rede de estradas permitirá o melhor acesso a mercados e redução de custos, e facilitará a comunicação e mobilidade, em especial para as populações que vivem nas zonas rurais e dependem da agricultura. Em paralelo, a provisão de água e energia, é fundamental para o desenvolvimento do capital humano e para o aumento da

produção nacional. Para além da água e energia (básica para a promoção da agroindústria), para o sector agrário são vitais as infra-estruturas e serviços de transportes e comunicações, incluindo especialmente estradas, caminhos de ferro e portos, serviços de cabotagem, e correios e telecomunicações.

4.4.5 Boa Governação

A boa governação é uma das condições fundamentais para o sucesso da estratégia de redução da pobreza. A qualidade das instituições do Estado é muito importante para a provisão de serviços públicos para os pobres. É também um fator crítico para atingir o crescimento económico rápido e sustentável.

O presente programa inclui políticas para promover a boa governação de varias formas, incluindo as seguintes: descentralização e devolução da administração pública a níveis próximos da população; reforma das instituições públicas para melhor responderem as necessidades do povo, iniciando a simplificação de procedimentos burocráticos; programas para reforçar a capacidade e eficiência do sistema legal e judicial, melhorar a segurança pública, proteger os direitos e liberdades dos cidadãos, impor o cumprimento dos contratos e facilitar a resolução de disputas; e o desenvolvimento de um programa focalizado para reduzir e conter a corrupção a todos os níveis.

4.4.6 Gestão Macro Económica

A última área de ação fundamental é a gestão macroeconómica e financeira. A experiência no mundo e em Moçambique mostram que a gestão macroeconómica e o desenvolvimento financeiro são exigências primordiais para a criação de um ambiente que estimule o crescimento económico acelerado e a redução da pobreza.

As principais prioridades desta área incluem as seguintes: políticas fiscal, monetária e cambial para manter a inflação baixa e aumentar a competitividade da economia; políticas para mobilizar recursos orçamentais adicionais equitativamente

e eficientemente; políticas para melhorar a gestão das despesas públicas; políticas para proteger e expandir os mercados financeiros, incluindo uma análise cuidadosa sobre oportunidades para expansão dos serviços financeiros às áreas rurais e às pequenas e médias empresas; políticas para promover o comércio internacional; e políticas para reforçar a gestão da dívida interna e externa.

Além destas áreas existem outras que estão ligadas ou são complementares das áreas de ação fundamental, elas também são de extrema importância para o PARPA, essas áreas são as seguintes: Emprego e Desenvolvimento Empresarial; Ação social; Habitação; Minas, Pescas, Turismo e Indústria; Transportes e Comunicações; Tecnologia e Ambiente; e Redução da Vulnerabilidade a Desastres Naturais.

5. COMPARAÇÃO ENTRE OS PLANOS: PARPA (MOÇAMBIQUE) X ECP (ANGOLA)

Como todos os países possuem características próprias, com Angola e com Moçambique não poderia ser diferente, logo era de se esperar que, com a elaboração dos seus planos de redução da pobreza, cada um desses planos apresentaria características comuns e também diferentes em relação ao outro, devido a essas diferenças entre os países, já que cada um tem causas diferentes para explicar os motivos que levaram a pobreza de sua população e também devido a diferenças políticas, econômicas, culturais, e até mesmo quanto aos recursos disponíveis em cada país.

O presente capítulo tem como objetivo principal fazer uma comparação entre as estratégias adotadas pelos dois países para reduzir a pobreza de suas populações e conseqüentemente levar ao desenvolvimento econômico e social das duas nações, com isso o capítulo irá apresentar alguns pontos comuns e também incomuns entre os planos (PARPA e ECP).

a) Quanto aos Objetivos

Sem dúvida alguma, esse é o principal ponto em que os dois planos mais se assemelham já que ambos têm como objetivo principal a redução da pobreza em até 50% até pelo menos o ano de 2015, para a ECP e para o PARPA até final da primeira década de 2000.

b) Quanto às áreas de intervenção prioritárias

Nesse ponto também existem algumas semelhanças e diferenças já que para a ECP foram identificadas 10 áreas e para o PARPA 6 áreas. As áreas que são comuns para os dois planos são: educação, saúde, infra-estruturas básicas, boa governação, gestão macroeconômica e desenvolvimento rural, praticamente todas as áreas que são fundamentais para o PARPA.

Ainda assim mesmo tendo em comum algumas áreas como sendo fundamentais existem comparações relevantes para cada área em cada plano. comparações estas que serão apresentadas em seguida.

I. Educação

Nesse ponto os dois planos tanto a ECP quanto o PARPA tem em comum que a educação desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento econômico e social de cada país e que é um direito de todo cidadão e é uma obrigação do governo.

Um ponto em comum entre os planos, na área da educação, esta relacionada ao gênero que é fundamental para os dois países tanto para a ECP como para o PARPA, já que ambos os países apresentam grandes diferenças ente os homens alfabetizados em relação às mulheres, o objetivo aqui é reduzir essa diferença.

Como cada plano integra suas áreas de maior importância, para melhorar a educação de seus cidadãos existem algumas diferenças entre esses componentes. Para o PARPA é importante integrar o combate de HIV nos programas de educação a ECP cita o combate ao HIV como sendo uma área de ação fundamental e não entra no programa de educação. Um outro ponto que também é de extrema importância para o PARPA e não foi mencionado na ECP, é questão da expansão e melhora do ensino superior que no PARPA é bastante importante para todos os moçambicanos principalmente na área rural já que a população se concentra no campo, e também porque o analfabetismo nessa área é mais alto do que no meio urbano.

Os dois planos têm ainda em comum os seguintes objetivos para área da educação: a erradicação do analfabetismo, programas para melhorar o ensino primário, a educação especial e melhorar a qualidade da prestação dos serviços educacionais.

2. Saúde

Aqui mais uma vez os planos apresentam os mesmos objetivos quanto aos programas da área dos cuidados da saúde da população que é melhorar e garantir a prestação dos serviços básicos de saúde e tem como grupos alvo as mulheres e as crianças. Outro ponto comum entre os planos é combater e controlar expansão de algumas doenças dando ênfase ao HIV, malária, tuberculose.

Como era de se esperar nesse ponto os planos também apresentam diferenças. No PARPA são destacadas estratégias ligadas aos cuidados das redes com abastecimento de água e também de segurança alimentar como sendo programas da área de saúde, já para a ECP, os cuidados com o abastecimento de água são programas para a área da infra-estrutura, e cita como sendo importante para a área da saúde. melhoria na qualidade dos serviços à formação, supervisão e disponibilidades de medicamentos essenciais são programas importantes para a saúde da população angolana.

3. Infra-estrutura

Para os dois planos a melhoria da rede de estradas é fundamental para o combate à pobreza já que permitirá melhorar o acesso dos produtos do campo para os mercados reduzindo os custos de transporte e também irá facilitar a comunicação e mobilidade das pessoas.

O PARPA e a ECP tem ainda em comum os programas de provisão de água e energia que são fundamentais para o desenvolvimento do capital humano e para o aumento da produção nacional. Assim os pontos comuns entre os planos na área da infra-estrutura são: programas relacionados a vias de comunicação (estradas, caminhos de ferro e pontes), e abastecimentos de água e energia.

Um ponto que pode ser considerado aqui é questão da habitação que na ECP foi citada como sendo um programa da área da infra-estrutura e para o PARPA foi citado como outras áreas.

4. Boa Governação

Sem dúvida alguma um país que pretende combater a pobreza tem que ter dirigentes sérios honestos e capacitados a cargos públicos para que o país possa atingir o desenvolvimento econômico, ponto este que os planos têm em comum. Os planos tem ainda os comuns programas descentralização e desconcentração da administração pública para níveis próximos da população, reformas no setor público desburocratização nas instituições públicas, e reforço da capacidade e eficiência do sistema judiciário.

Um programa que também é bastante importante para os dois planos, diz respeito ao combate à corrupção, que é um grave problema para os países pobres principalmente em África, nesse ponto, o combate à corrupção é citado na ECP, como sendo um programa para área do sistema judiciário, já para o PARPA o combate à corrupção é importante para todas as áreas, do sistema governamental e privado, e tem como principais ações as seguintes: fortalecimento institucional da Inspeção Geral de Finanças; fortalecimento institucional das instituições ligadas à Administração da Justiça; fortalecimento institucional do Tribunal Administrativo; fortalecimento institucional da Inspeção Administrativa do Estado; promoção de campanhas anticorrupção através dos Órgãos de Comunicação Social; empreendimento de ações concertadas entre instituições para minimizar os riscos de corrupção nas fronteiras incluindo transações de negócios internacionais.

5. Gestão Macroeconômica

Quanto a gestão macroeconômica os dois planos dão ênfase a políticas que melhorem o cenário macroeconômico que é um setor bastante importante no combate à pobreza. Sendo assim o PARPA e a ECP têm como principais semelhanças nesse setor, a gestão macroeconômica, as seguintes prioridades: a política fiscal, a política cambial, a monetária, a política orçamentária e a política externa.

Por ser uma área bastante importante no combate à pobreza e também para o crescimento econômico os dois planos se assemelham muito nos programas criados para o melhor funcionamento do cenário macroeconômico e quase não apresentam nenhuma diferença a não ser a gestão da dívida interna e externa citada no PARPA de Moçambique devido a sua participação do sistema HIPC, que tem como objetivo desenvolver uma estratégia de médio e longo prazo de sustentabilidade da dívida pública interna e externa. Em paralelo, fortalecer o sistema de controle, registo e gestão da dívida pública.

6. Desenvolvimento rural

O ponto bastante relevante quanto ao desenvolvimento rural é que ele em um plano (ECP) está associado à segurança alimentar, e em outro se associa à agricultura no (PARPA). No PARPA o programa do desenvolvimento rural, integra dez componentes que já foram mencionados na sessão 4.4.3, e na ECP o programa é composto por quatro componentes.

A segurança alimentar para o PARPA é um programa da área da saúde que está relacionada à nutrição dos indivíduos, e tem como objetivo Contribuir em parceria com os outros intervenientes para a melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional no País: reduzir a incidência em falta de micro-nutrientes nas crianças e mulheres em idade fértil. Já para a ECP a segurança alimentar é uma área de ação prioritária, que cita como medida o aumento da produção e a comercialização de cereais, leguminosas, raízes, café, produtos da pesca; a criação de gado bovino; a promoção do desenvolvimento, sustentável dos recursos naturais; e a promoção, de atividades-piloto, para criar condições para relançar outras atividades (micro-finanças, extensão rural, produção de leite, suinocultura, avicultura e apicultura), que são importantes para o desenvolvimento rural.

c) Outras Áreas

Os dois planos apresentam áreas de ação fundamentais ou prioritárias, mas apenas o PARPA indicia as áreas que não são de ação fundamental e é denominado de outras áreas no PARPA o que não significa que elas não sejam importantes para a ECP já que elas são citadas como sendo fundamentais para um plano e não fundamentais em outro.

Algumas áreas que não são fundamentais no PARPA são citadas como fundamentais na ECP ou estão em forma de programas ou componentes que é o caso da habitação, emprego, ação social, transportes e comunicação que são fundamentais para ECP e está citado como outras áreas no PARPA e também o combate do HIV que é citado como área de ação prioritária na ECP e no PARPA como componente da área da saúde e da educação.

Outro ponto é a reinserção social que visa criar condições para as populações se fixarem, em suas áreas de origens e o retorno dos refugiados de guerra ao país. Esse ponto é bastante importante para o ECP já que a guerra em Angola terminou recentemente em 2002, e não é mais um grave problema para o PARPA porque é um caso quase solucionado.

Uma área também de bastante importância para os dois planos, mas que apenas foi citado na ECP é a segurança proteção dos cidadãos, que visa a desativação das minas terrestres e dos engenhos explosivos deixados pela guerra que é uma área bastante importante também para o desenvolvimento rural.

d) Iniciativa HIPC

Um ponto bastante importante é a necessidade dos países em participar na iniciativa HIPC que é um mecanismo bastante importante no combate à pobreza já que tem como objetivo o perdão total ou parcial da dívida externa dos países pobres perante seus credores. Com relação a esse ponto o PARPA leva vantagem como mostra o Quadro 1, que mostra a participação de Moçambique na lista dos países que fazem parte da iniciativa tendo sua dívida reduzida em mais de 70%, diferente

de Angola, embora tenha os principais requisitos para participar dessa iniciativa já que com perdão total ou parcial da dívida o país teria mais recursos disponíveis que poderiam ser usados para redução da pobreza.

Angola não participa da iniciativa HIPC porque o país dispõe de recursos suficientes para manter a sustentabilidade de sua dívida tendo condições de pagá-la (dívida), ou seja, Angola não possui todos os requisitos para participar da iniciativa HIPC, já que um dos requisitos é a indisponibilidade de recursos suficientes por parte dos países pobres para saldar sua dívida perante seus credores.

e) PRSP

Os dois planos seguem direito a estrutura proposta pelo BM e pelo FMI que incluem: avaliação da pobreza; metas de redução da pobreza; prioridades para a ação do governo na redução da pobreza; sistema para monitorar a pobreza e avaliar os impactos dos programas e das políticas governamentais; e descrição do processo participativo. Desse jeito o plano de Moçambique PARPA parece mais completo, detalhando passo a passo todos os processos que devem ser seguidos no decorrer da implementação ou formulação de um PRSP.

O plano moçambicano é um PRSP definitivo dando-lhe o privilégio de poder participar na iniciativa dos países pobres fortemente endividados, tendo sua dívida parcialmente reduzida, motivo que explica a maior detalhação e explicitidade do mesmo, já o plano angolano que é bem mais simples e resumido que o de Moçambique, surge num contexto de consolidação da paz e na sequência dos objetivos fixados nos programas do governo que advogam a necessidade de se gerar um desenvolvimento econômico e social abrangente e sustentável. O plano angolano surge também como estratégia fortificante para afirmação do continente africano no contexto internacional e para a redução das disparidades existentes entre África e o mundo desenvolvido, nos programas da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África NEPAD e também nas mentas do milênio.

6 CONCLUSÃO

A situação sócio-econômica de Angola e de Moçambique atual, é sem dúvidas alguma consequência das guerras enfrentadas por esses dois países, guerras que levaram à elevadíssimos índices de pobreza das populações dessas duas nações. Com isso os executivos dos governos dos dois países elaboraram políticas de combate à pobreza com a intenção de reduzir pela metade as taxas de pobreza até o ano de 2015. A estratégia angolana se intitulou de ECP- Estratégia de Combate à Pobreza, e o plano moçambicano de PARPA- Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta.

Sendo assim, o presente trabalho teve como intuito apresentar e comparar as estratégias elaboradas pelos governos de Angola e de Moçambique para reduzir a pobreza em seus respectivos países, para isso foram usados como referencial teórico os conceitos de pobreza, os tipos de pobreza, os mecanismos para mensuração da mesma, foram também utilizados os planos elaborados pelo Banco Mundial em conjunto com o FMI, que são conhecidos como PRSPs, e também a foi feito o estudo para o perdão parcial ou total da dívida dos países pobres fortemente endividados ou iniciativa HIPC, mas antes foi apresentada a história de cada um dos países para se compreender a origem dos problemas (pobreza), dos mesmos.

Como foi visto no segundo capítulo, os dois países possuem grandes semelhanças históricas, desde a chegada dos portugueses em suas terras, os dois foram colonizado tiveram fortes migrações para outros países em especial o Brasil, na época do tráfico de escravos, após a libertação do regime colonialista português, os dois países passaram por conflitos armados entre os líderes dos movimentos que libertaram cada um dos países, essas guerras eram pelo poder.

Essas semelhanças são favoráveis para se compreender a situação atual de pobreza em que vivem esses dois países, que os levou a altos índices de pobreza que podem ser explicados pelos conflitos armados que duraram décadas, essa situação de pobreza faz com eles ocupem as últimas posições do ranking dos países, em relação ao IDH, que mede a qualidade de vida das populações em cada país.

MCPHERSON, M. F (2002, apud ROLIM), diz que . o crescimento econômico e desenvolvimento rápido, podem ser alcançados através da combinação de algumas atividades econômicas que são essenciais para a redução da pobreza da maioria dos países africanos, e também dos países que possuem semelhanças com os mesmos. Estas atividades são: alcançar e manter a estabilidade macroeconômica: estimular o crescimento da agricultura e dos outros setores produtivos: reforma do setor público reformulando a agenda de desenvolvimento para ajustar-se às capacidades financeiras e administrativas do governo: formular e iniciar a implementação de uma estratégia de redução da dependência do auxílio externo: e adotar uma abordagem construtiva em relação a globalização.

Mas, para se reduzir a pobreza não basta apenas que os países tenham um crescimento econômico rápido e em níveis elevados, mas também se criem políticas tanto econômicas como sociais em benefício daqueles que são considerados pobres. O crescimento econômico tem que ser além de rápido, sustentável para que se possa falar em desenvolvimento, porque o crescimento econômico refere-se a quantidades, já o desenvolvimento refere-se a qualidade, que é essencial para a redução da pobreza, que nos leva a concluir que as políticas econômicas caminham lado a lado com as sociais quando se quer reduzir pobreza.

No capítulo três vimos que para a elaboração de um PRSP, são necessários os seguintes elementos: avaliação da pobreza: metas de redução da pobreza: prioridades para a ação do governo na redução da pobreza: sistemas para monitorar a pobreza e avaliar o impacto dos programas e das políticas governamentais: e descrição do processo participativo. Esses foram os elementos em que se basearam os executivos dos governos de Angola e de Moçambique para elaborarem seus PRSPs, com isso podemos concluir que os dois governos seguiram direito os passos para elaborarem seus PRSPs, mas com algumas diferenças, já que o PARPA é um PRSP definitivo com vista ao perdão da dívida externa perante seus credores, diferente da ECP.

Após analisarmos os dois planos podemos concluir que o plano moçambicano é bem mais viável que o Angolano, primeiro porque é mais detalhado, diz passo a passo o que vai ser seguido para se reduzir a pobreza.

também porque faz uma avaliação da pobreza bem mais detalhada, definindo o que é pobreza, quem são os pobres e onde eles estão localizados. Outro ponto diz respeito ao sistema para monitorar a pobreza e avaliar o impacto dos programas e das políticas governamentais, que é bem mais transparente e explícito no PARPA que o plano Angolano, já que conta com a participação de vários órgãos, tanto do governo como de outras entidades, como a sociedade civil, ONGS e organismos internacionais.

A estratégia moçambicana conta ainda com uma arma, que é a sua participação na iniciativa HIPC, do qual Angola não faz parte, através dessa iniciativa Moçambique teve sua dívida reduzida em 70%, disponibilizando mais recursos para o combate à pobreza.

O governo angolano pode obter êxitos na redução da pobreza já que o país é bastante rico em recursos naturais, principalmente petróleo e diamantes, que podem contribuir como fonte de financiamento, já que o país não participa da iniciativa, mas para que isso aconteça é necessário que o país explore e controle seus próprios recursos.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL - **DEVELOPMENT COMMITTEE**. Heavily Indebted Poor Countries (**HIPC**). **Initiative and Multilateral Debt Relief Initiative** (MDRI). Status of Implementation. September 7, 2006. Disponível em: [siteresources.worldbank.org/DEVCOMMINT/Documentation/21046514/DC2006-0016\(E\)-HIPC.pdf](http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMMINT/Documentation/21046514/DC2006-0016(E)-HIPC.pdf). Acesso em Ago - Set 2006.

BOAVIDA, A. **Angola – Cinco Séculos de Exploração Portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

DFID - (Ministério do Desenvolvimento Internacional). **MANUAL DE ORIENTAÇÃO SOBRE MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS**. Parte 6 – UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS ABORDAGENS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2001. Disponível em: www.livelihoods.org/info/guidance_sheets_pdfs/PO-GS6.pdf. Acesso em 25 - 27 Jun. 2006.

ECP - **Estratégia de Combate à Pobreza** Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Econômica. VERSAO SUMÁRIA. Luanda. 24 Setembro de 2003.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. Disponível em: www.spanport.ucsb.edu/faculty/mcgovern/Countries/Angola/angola.html. Acesso em 11 nov. 2006.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. Disponível em: <http://www.spanport.ucsb.edu/faculty/mcgovern/Countries/Mozambique/mozambique.html>. Acesso em 11 nov. 2006.

FMI - Fundo Monetário Internacional. **Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) - Aspectos Operacionais**. 1999.

KLUGMAN, J. Prefácio e Introdução Geral ao Livro de Consultas. WB (World Bank), Washington, 2001. Disponível em: www1.worldbank.org/prem/poverty/portuguese/strategies/srcbook/over0321.pdf. Acesso em 4 – 10 Jul. 2006.

MENESES, S. **Mamma Angola: Sociedade e Economia de um País Nascente**. Solival Meneses; Prefácio de Paul Singer. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.

MCPHERSON, M. F (apud ROLIM, C. et al) **A Economia Moçambicana e Contemporânea: Ensaio**. Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças. Moçambique 2002.

NEWITT, M. **História de Moçambique**. Maputo: Europa-America, 1995.

PARPA – Governo de Moçambique. Plano de Acção Para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA 2001-2005) em Moçambique 2001. Disponível também em: www.govmoz.gov.mz/parpa/source/parpa.doc. Acesso em 21 - 30 Ago. 2006.

PNUD - ANGOLA - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2005**.

PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 1997**. Disponível em: www.pnud.org.br/rdh/rdh97/index.php. Acesso em 25 - 27 Jun. 2006.

PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 1999**. Disponível em: www.undp.org/hdro. Acesso em 22-25 Ago. 2006.

TOLOSA, H, C. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil: O Estado de uma Nação**. Cap. III. **Pobreza e Exclusão Social**. Coordenadores REZENDE, F; TAFNER, P. Com participação de TOLOSA, H; e outros economistas, 2005. Disponível em: www.ipea.gov.br/Destaques/brasilestadodeumanacao.htm. Acesso em 5 - 8 Dez 2005.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P.9-29.

SALAMA, P; DESTREMAU, B. **O Tamanho da Pobreza**. Rio de Janeiro, 1999.

SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001. P.165-177.

SERRA, A. Curso sobre Políticas Econômicas de Desenvolvimento. **A iniciativa relativa à Dívida dos Países Pobres Fortemente Endividados (HIPC-Heavily Indebted Poor Countries Debt Initiative)** Universidade Técnica de Lisboa / Portugal 2003. Disponível em: www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/bm_hipc.htm - 20k. Acesso em 2-16 Abr. 2006.